



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPGCP

MAYANÍ MONTORIL VEIGA SIQUEIRA

**A INFLUÊNCIA DO GOVERNADOR NA ELEIÇÃO DOS PREFEITOS: Uma
avaliação da taxa de sucesso do partido governista nos estados brasileiros**

Belém – Pará
2017

MAYANÍ MONTORIL VEIGA SIQUEIRA

**A INFLUÊNCIA DO GOVERNADOR NA ELEIÇÃO DOS PREFEITOS: Uma
avaliação da taxa de sucesso do partido governista nos estados brasileiros**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Área de concentração: Instituições Políticas e Políticas Públicas

Orientador: Dr. Carlos Augusto da Silva Souza

Belém – Pará
2017

MAYANÍ MONTORIL VEIGA SIQUEIRA

**A INFLUÊNCIA DO GOVERNADOR NA ELEIÇÃO DOS PREFEITOS: Uma
avaliação da taxa de sucesso do partido governista nos estados brasileiros**

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA (Orientador – PPGCP/UFPA)

Profº Dr. RONALD CORECHA BASTOS (Examinador Externo – ICJ/UFPA)

Profª Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA (Examinadora Interna – PPGCP/UFPA)

Profª Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL (Suplente – PPGCP/UFPA)

Data: 28/08/2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

SIQUEIRA, Mayaní Montoril Veiga.

A INFLUÊNCIA DO GOVERNADOR NA ELEIÇÃO DOS PREFEITOS: Uma avaliação da taxa de sucesso do partido governista nos estados brasileiros.- Mayaní Montoril Veiga Siqueira. Belém: O autor, 2017. Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Souza. 76 Fol.

Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Mestrado Acadêmico em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – PPGCP/UFPA, 2017.

320 CDD: 20. Ed.:

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política com seu corpo técnico, Professores e turma de alunos (2015) sensacionais, responsáveis pela convivência harmoniosa dentro da secretaria nos momentos de intervalo com conversas agradáveis, cafezinhos e bolachas cream cracker durante o ano de 2015.

Agradecimento especial aos professores que se tornaram responsáveis pelo primeiro empurrão para a vida acadêmica e apresentação dos debates dentro da Ciência Política. Agradeço especialmente ao Professor Carlos Souza, meu orientador, pela ideia do tema trabalhado na dissertação determinando inclusive o despertar do meu interesse em aprofundar meu estudo dentro do sistema partidário subnacional brasileiro.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, mãe Martha Montoril Veiga Siqueira, irmãos Anouí e Rohuanhi, prima Teka, que sempre incentivaram meus estudos e comemoraram minhas vitórias ao meu lado, especialmente meu pai e professor do programa, Prof. Edir Veiga, que me trouxe pra dentro da Ciência Política e me fez ter experiências significantes quando participei da elaboração e execução de várias pesquisas eleitorais durante a Eleição Municipal de 2016 em Belém e outros municípios de nosso Estado.

Aos meus amigos companheiros de qualquer momento, Carla Bechara e Marcelo Cruz, que sempre faziam a pergunta mais deselegante que eu poderia escutar nos momentos de crise com a pesquisa: *“E a dissertação?”*. Nesse momento me vem em mente vários amigos e colegas que sempre se mostraram interessados em saber como andava minha vida acadêmica e sempre me incentivaram, inclusive me ajudando lá do hemisfério norte com a elaboração dos gráficos. A frase mais comum, porém adequada para esse momento é: *“Obrigada a todos os envolvidos!”*.

Em fim, e muito esperado por mim é o agradecimento as amigas que tive a oportunidade de conhecer, amigas que ultrapassaram os portões da UFPA e se trancaram na minha vida: Alessandra Bastos, Ruth Heide e Ana Beatriz Turiel, obrigada pelas discussões acadêmicas, conversas paralelas e cervejinhas relaxantes.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em estudar a taxa de sucesso do partido do governador nas eleições para prefeitos, levando-se em consideração uma série histórica que avaliou cinco eleições consecutivas: 2000 – 2004 – 2008 – 2012 – 2016. A literatura sobre o tema tem alertado para a elevada conexão eleitoral existente entre o cenário estadual e a esfera subnacional decorrente do arranjo institucional brasileiro e do modelo federalista adotado no país que se apresentam como obstáculos aos partidos da oposição para ampliar suas vitórias nas eleições municipais dentro dos estados. Neste contexto, municípios mais vulneráveis socioeconomicamente estariam mais interessados em apoiar o governador por reconhecer o controle que ele exerce sobre a máquina pública estadual. Alguns autores acreditam que a influência do partido do governador é bastante elevada principalmente entre os municípios mais vulneráveis economicamente, devido a elevada dependência dos gestores locais dos recursos repassados pela esfera estadual. Neste sentido, a partir de um recorte geográfico que levou em consideração as especificidades dos estados e regiões do Brasil, a pesquisa procurou identificar quais as condições socioeconômicas e políticas que possibilitam que o partido do governador alcance sucesso no processo subsequente de eleição dos prefeitos.

Palavras-chave: Taxa de sucesso. Partido do Governador. Eleições para Prefeito. Conexão Eleitoral.

ABSTRACT

The objective of this research is to study the success rate of the governor's party in the mayors' elections, taking into account a historical series that evaluated five consecutive elections: 2000 - 2004 - 2008 - 2012 - 2016. The literature on the subject has alerted to the high electoral connection existing between the state scenario and the subnational sphere resulting from the Brazilian institutional arrangement and the federalist model adopted in the country that present themselves as obstacles to the opposition parties to widen their victories within the states. In this context, more socioeconomically vulnerable municipalities would be more interested in supporting the governor for recognizing the control he exercises over the state public machine. Some authors believe that the influence of the governor's party is very high, especially among the most economically vulnerable municipalities, due to the high dependence of local managers on resources passed through the state sphere. In this sense, based on a geographic cut that took into account the specificities of the states and regions of Brazil, the research sought to identify the socioeconomic and political conditions that allow the governor's party to succeed in the subsequent process of election of mayors.

Keywords: Success rate. Party of the Governor. Elections for Mayor. Electoral Connection

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM	Democratas
IDHM	Índice De Desenvolvimento Humano Municipal
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Porte e IDHM dos municípios no Brasil.....	28
Quadro 2: Classificação da taxa de sucesso do partido do Governador.....	40
Quadro 3: Total de municípios observados em cada ano eleitoral.....	41
Quadro 4: Classificação do IDH Municipal utilizada na pesquisa.....	42
Quadro 5: Classificação dos municípios por número de habitantes.....	42
Quadro 6: Partidos Políticos analisados separados por bloco ideológico.....	44
Quadro 7: Classificação do grau de associação encontrado pelo cálculo do Coeficiente de Contingência.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Sucesso do Partido do Governador nas eleições para Prefeito.....	47
Gráfico 2: Taxa de sucesso do partido do Governador nas regiões brasileiras.....	50
Gráfico 3: Frequência de sucesso geral dos partidos políticos com base na ideologia partidária.....	59
Gráfico 4: Taxa de Sucesso dos partidos coligados e do partido do Governador....	62
Gráfico 5: Taxa de Sucesso da coligação do Governador em relação a da oposição.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Grau de associação entre as variáveis qualitativas PORTE X IDHM.....	48
Tabela 2: Porte Municipal x Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	49
Tabela 3: Classificação das Taxas de Sucesso do Partido do Governador individual (P.G) em relação a da Coligação que o elegeu (Col. G) nos estados brasileiros.....	52
Tabela 4: Taxa de Sucesso (%) dos Partidos Políticos entre os Estados e Regiões do Brasil.....	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS NO BRASIL	17
2.1 Relações Políticas no Brasil Colônia	17
2.2 Relações Políticas no Brasil Império	19
2.3 Relações Políticas na República Velha	21
2.4 Relações Políticas na Era Vargas	23
2.5 Relações Políticas na República Democrática de 1946.....	23
2.6 Relações Políticas na Ditadura Militar	24
2.7 Os Municípios na Nova Ordem Constitucional	26
3. CONEXÃO ELEITORAL ENTRE GOVERNADOR E PREFEITOS: uma revisão da literatura	29
4. TAXA DE SUCESSO DO PARTIDO DO GOVERNADOR NA ELEIÇÃO DOS PREFEITOS	39
4.1 Aspectos Conceituais e Teóricos	39
4.2 Metodologia de Pesquisa	39
4.2.1 Classificação dos Municípios pelo Porte e Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	41
4.2.2 Partidos políticos que fizeram parte da análise	42
4.2.3 Teste Qui-Quadrado de Pearson e o Coeficiente de Contingência	44
4.3. A Taxa de sucesso do partido do governador nos municípios considerados de Pequeno Porte e Baixo IDHM.....	46
4.3.1 A Taxa de Sucesso entre as regiões do Brasil e os partidos políticos.....	49
4.5 A taxa de sucesso da coligação de apoio ao Governador	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	68
ANEXOS	71

1. INTRODUÇÃO

Após a redemocratização do Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o município passou a ser considerado um ente federativo, recebendo atribuições que, antes, eram exclusivas dos Estados e da União. Neste contexto, a esfera subnacional passou a gozar de elevada autonomia administrativa, judiciária e legislativa e os gestores locais passaram a assumir diversas responsabilidades na condução das políticas locais de interesses de sua população. Na esfera eleitoral, como nas demais instâncias federativas (estados e união), eleições diretas também seria a forma de escolhas dos governantes municipais, assim como dos membros do poder legislativo local.

O papel do município na esfera política sempre foi objeto de intensa discussão na composição do poder político nacional. Alguns autores advogam que a descentralização política se constituiu como um dos principais avanços derivados da Constituição de 1988, pois possibilitou que as municipalidades adquirissem intensa autonomia e capacidade de decisão nos problemas locais e na produção de políticas públicas mais conectadas com as especificidades de cada município.

Alguns autores, entretanto, apresentam certo ceticismo em relação aos benefícios derivados da descentralização municipal, argumentando que nem todos os municípios apresentam condições econômicas, políticas e sociais de gerenciarem e financiarem as políticas públicas locais, o que levou a forte dependência dos gestores locais de recursos repassados pelos entes nacionais e federais, o que manteve a relação de dependência das lideranças locais às lideranças políticas estaduais e federais. Além disto, a descentralização gerou um grave problema de coordenação política entre as diversas esferas componentes da federação, reforçando práticas coronelistas, que alimentam a corrupção, o clientelismo e o favorecimento político.

O Brasil sempre se caracterizou por ser um país de grandes extensões territoriais que no decorrer da sua história veio estabelecendo diferenças regionais e locais em razão da importância estratégica que cada território exercia na política estadual e nacional. O país conta atualmente com 5.563 municípios que em sua maioria possuem até 50.000 habitantes. Esses municípios guardam diferenças

socioeconômicas em relação aos grandes centros urbanos e são os que mais apresentam dependência de recursos provenientes das máquinas públicas estaduais e federal e recebem cerca 86,4% da repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (Andrade & Santos, 2015), o que comprova a enorme dependência dos entes federados locais da esfera estadual e nacional.

Do ponto de vista da conexão política entre a esfera local e a esfera estadual, a literatura tem indicado que o formato institucional presente no sistema eleitoral brasileiro aliado a determinadas características demográficas e socioeconômicas presentes nas municipalidades tem favorecido a influência do partido governista na eleição dos prefeitos. A associação do gestor local com o partido do governador e com a coalizão de apoio ao executivo tem se constituído como uma realidade na política nacional.

Além disso, o sistema partidário brasileiro altamente permissivo para a formação de novas legendas, tem produzido um sistema político pautado em uma intensa competição partidária que dificulta a criação de vínculos ideológicos mais estáveis entre a sociedade e os partidos políticos. No Brasil, em 2016, existiam mais de 30 partidos constituídos que competem por espaço no cenário subnacional, dependentes de um sistema eleitoral proporcional de lista aberta, que, em tese, ocasiona uma elevada troca de favores entre as lideranças locais e a esfera estadual em busca de apoio político e recursos para as campanhas e pra o atendimento dos interesses dos eleitores locais. Essa situação, resultaria na dificuldade de institucionalização dos partidos brasileiros e na existência de uma lógica política localista, que favorece a atuação dos governadores na conexão com a esfera local.

Sendo assim, o cenário subnacional se mostra interessante para a pesquisa acadêmica, como um campo de entendimento da conexão eleitoral que possa existir entre os entes da federação, já que a literatura indica que a força dos partidos na esfera municipal apresenta relação direta com as eleições estaduais, pois as legendas em torno do governador possuiriam maiores facilidades de alargarem as fronteiras da representação elegendo novos prefeitos em relação aos partidos de oposição e agregarem mais partidos para formar suas coligações (MIZUCA, 2007). Partindo dessa suposição, a presente pesquisa apresenta o seguinte problema de pesquisa: **Qual a taxa de sucesso do partido vencedor na eleição para o executivo estadual**

na eleição subsequente para prefeito, entre os estados e regiões do Brasil durante o período 2000 a 2016?

Duas hipóteses são apontadas como fundamentais para a manutenção do poder governista entre os municípios. A primeira seria que a taxa de sucesso do partido do governador é maior na eleição de prefeitos em municípios considerados de pequeno porte e baixo Índice de Desenvolvimento Humano e, a segunda parte da premissa que a Coligação eleitoral de apoio ao partido do governador também se beneficiaram elevando sua taxa de sucesso na eleição dos prefeitos.

O cenário subnacional ainda não é muito explorado pela Ciência Política, sendo que a maioria das pesquisas e informações presentes na academia estão relacionadas ao plano nacional e estadual. Neste sentido, a presente pesquisa pretende se constituir como mais uma contribuição para o estudo do Brasil local, procurando abranger todos os municípios e estados levando em consideração a demografia e grau de desenvolvimento socioeconômico, que teriam correspondência direta com as relações políticas e a lógica localista existente no sistema político brasileiro.

O objetivo geral da pesquisa consiste em apontar as variáveis que estão diretamente relacionadas à taxa de sucesso do partido do governador entre os municípios brasileiros nas eleições municipais. Especificamente procura-se demonstrar como vieram se estabelecendo as relações políticas dos municípios com os outros entes da federação, criando uma lógica que alcance as relações que existem atualmente como resultantes não só da história, como do arranjo institucional que vigora desde 1988. Busca-se também demonstrar como variáveis demográficas e socioeconômicas estão diretamente relacionadas com o sucesso da sigla governista e, por fim, não menos importante, a repercussão da aliança eleitoral do governador avaliada também pela taxa de sucesso dos partidos coligados entre os municípios analisados.

Oportuniza-se uma avaliação das hipóteses que apresentam variáveis qualitativas por meio do teste estatístico Qui-Quadrado de Pearson que será capaz de responder se as variáveis selecionadas tem relação ou não, sendo que a partir dessa confirmação testará o Coeficiente de Contingencia que é utilizado para nos

indicar em que grau as variáveis estão associadas. Ademais, os gráficos e tabelas elaborados a partir de dados coletados nos sites do TSE e PNUD, fornecem informações que permitem a verificação dos partidos no plano subnacional, não só nos estados como nos municípios e suas dispersões entre as regiões brasileiras.

Leva-se em consideração a ação dos prefeitos, se pertencentes ou não ao partido do governador, e mais, se os partidos se organizam em volta da legenda governista, tratando-se os atores (partidos políticos) como sujeitos que realizam um cálculo racional para ampliar seus resultados dentro dos estados a fim de superar as barreiras que emergiram do sistema eleitoral vigente. Sendo assim trabalha-se com a teoria da escolha racional de Anthony Downs (1974).

A dissertação está organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo faz-se uma apresentação das relações políticas entre os municípios e os outros entes da federação desde o Brasil colônia até a redemocratização do país em 1988, demonstrando como elas vieram se modificando ao longo da história e quais fatores pareciam ser determinantes das relações de dependência que poderiam existir, principalmente com os pequenos municípios esquecidos pelo poder central/federal.

No segundo capítulo faz-se a revisão da literatura apresentando as ideias mais tradicionais sobre o tema, bem representadas por Abrúcio (1997) e também pesquisas mais atuais que parecem discordar da lógica governista local, pois acreditam estar o país passando por realinhamento com o governo federal (BORGES, 2010; SANTOS 2013, SOARES, TERRON E ALKMIN, 2016).

No terceiro e último capítulo apresenta-se os resultados empíricos da pesquisa sobre a taxa de sucesso do partido governista na eleição dos prefeitos, através do teste de hipóteses de acordo com a metodologia selecionada em diálogo com a literatura.

Esperamos que este trabalho consiga trazer uma contribuição relevante para a compreensão da realidade política nacional, através da avaliação da influência dos governadores na política subnacional, de forma a estabelecer reflexões e questionamentos sobre as instituições democráticas adotadas no país e de que forma a academia pode contribuir para o aperfeiçoamento das relações de poder existente entre os entes federativos.

2. RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS NO BRASIL

Este capítulo apresenta como objetivo discutir, a partir de uma perspectiva histórica, a formação do poder político local no Brasil e sua relação com a esfera estadual. Para isto, a partir das interpretações presentes na literatura, procurou-se realizar uma abordagem que consiga mostrar as principais transformações ocorridas nas relações de poder na esfera local, desde as primeiras manifestações de constituição das cidades, vilas e povoados, até a garantia de autonomia municipal conquistada com o advento da promulgação da constituição de 1988.

2.1 Relações Políticas no Brasil-Colônia

A História da divisão territorial no Brasil tem seu marco inicial com o processo de colonização portuguesa e as primeiras experiências dessa divisão não incorporavam o município como elemento de demarcação e diferenciação entre os diversos espaços existentes no Brasil da época. Na fase colonial, devido ao lento processo de ocupação da imensidão territorial, o processo de demarcação espacial teve como elemento de sustentação alguns povoados dispersos, os quais não tinham nenhum tipo de estrutura administrativa que indicasse a participação dos habitantes desses povoados na construção do poder político local.

Durante essa fase, o processo de ocupação se estabeleceu com base na experiência das capitâneas hereditárias, tentativa de ocupar o Brasil através de uma colonização pela via privada. Nessa época a coroa portuguesa passava por grave crise econômica, pois o comércio com o oriente já não possibilitava grandes lucros, os portugueses avaliaram que a melhor alternativa para colonizar o Brasil seria transferir a tarefa de ocupação para setores do capital comercial português com capacidade de financiamento. Assim, em 1532, D. João III dividiu a colônia em 15 amplas faixas de terras e entregou-as aos nobres do reino, os capitães donatários, para povoá-las e explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome da coroa. O documento de transferência da posse das terras componentes de cada capitania recebeu o nome de Carta Régia.

No contexto da ocupação pela via privada, alguns donatários passaram a estabelecer feitorias em pontos estratégicos do litoral brasileiro para explorar o pau-brasil, algumas especiarias e as chamadas drogas do sertão. Nesta situação, houve o surgimento de algumas feitorias, vilas e povoados que possibilitaram o aparecimento das primeiras manifestações de uma vida associativa nos moldes do Estado moderno nas terras brasileiras.

Com o aparecimento das vilas e povoados, coube aos donatários organizar as primeiras manifestações de administração pública do Brasil-colônia. Ainda em 1532 foi organizada a primeira eleição que se tem notícia no Brasil, ocorrida na Vila de São Vicente, convocada pelo donatário da capitania, Martim Afonso de Souza. Esta eleição tinha como finalidade escolher o Conselho administrativo da vila, que teria como incumbência administrar aspectos relativos às atividades econômicas, principalmente o comércio, e administrar a justiça.

As dificuldades de administração das capitanias e das vilas, entretanto, eram inúmeras. A distância de Portugal, os constantes ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial dificultaram muito a implantação do sistema. Com exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, a experiência de colonização pela via privada acabou fracassando. Neste contexto, em 1549, a coroa portuguesa criou um novo sistema administrativo para o Brasil: o Governo-Geral. Este seria mais centralizado, cabendo ao governador geral funções antes atribuídas aos donatários¹.

As vilas demonstravam certa independência diante da coroa portuguesa, pois sua ausência no cotidiano da população ocasionava ao poder particular a missão de garantir a ocupação política, administrativa e demográfica do Brasil, sendo a Carta Régia o único instrumento de barganha e conexão política entre coroa e os latifundiários dos povoados particulares, já que para progredirem para condição de vilas, esses povoados deveriam obtê-la junto à metrópole.

A forma de ocupação territorial no Brasil colônia conduziu a organização da vida local em torno do senhor territorial. Ocorre que existiam vários latifundiários que

¹ Com a criação do governo geral o estado português resgatou algumas das antigas capitanias hereditárias, transformando-as em capitanias reais ou da coroa. Esta medida não implicou a extinção das capitanias hereditárias e até mesmo outras foram implantadas, como a de Itaparica, em 1556, e a do Recôncavo Baiano, em 1566. No século XVII continuaram a ser criadas capitanias hereditárias para estimular a ocupação do Estado do Maranhão e Grão Pará. A partir de 1720 os governadores receberam o título de vice-rei. O Governo Geral permaneceu até a vinda da família real para o Brasil, em 1808.

se desafiavam para ter mais poder. As disputas políticas eram monopolizadas pela oligarquia da terra e excluía os dependentes dessa disputa, ou seja, as pessoas que serviam aos senhores dentro do latifúndio. O relacionamento verticalizado entre senhores e dependentes consistia na garantia da sobrevivência desses últimos pelos primeiros (SIQUEIRA, 2004).

No período colonial, a distância entre a Coroa Portuguesa dos habitantes locais proporcionou aos grandes senhores de terras o monopólio do poder local. Eram eles que comandavam o poder político nas vilas e a economia local, submetendo os moradores de seus povoados a seus mandos e desmandos, pois existia dependência da população em relação às vantagens proporcionadas pelos latifundiários na época. O mecanismo presente que caracteriza a relação da Coroa com os líderes locais é a Carta Regia, pois se os povoados estivessem em terras particulares, a carta seria o instrumento de negociação da metrópole com o ambiente local na colônia, representando a vantagens em manter uma boa relação com a corte portuguesa.

2.2 Relações Políticas no Brasil Império

Após a independência, o Brasil se constituiu como um império, sendo que a administração do Estado foi configurada pela Constituição de 1824. Com a promulgação desta Constituição houve a primeira experiência de partidos políticos, incentivando os senhores territoriais a uma vida comunitária de conteúdo político, rompendo com os padrões de dispersão e isolamento presentes na vida rural.

O I Império teve curta duração devido à abdicação de D. Pedro I em 1831. Como o sucessor da coroa tinha à época apenas cinco anos, assumiu o comando do Estado brasileiro uma regência, conforme determinado pela Constituição de 1824. Devido à instabilidade deixada pela ausência da liderança exercida pelo imperador, que pudesse moderar as disputas políticas existentes entre grupos divergentes, a regência se mostrou uma solução frágil e o Estado brasileiro começou a atravessar graves crises políticas derivadas das enormes disputas pelo controle do governo entre os diversos grupos políticos entre os quais se destacam:

1) os Restauradores, formados em sua maioria por comerciantes portugueses e militares que defendiam o retorno de D. Pedro I e a formação de uma monarquia nos moldes absolutistas, com um sistema de poder altamente centralizado na figura do imperador.

2) Os Moderados, formados em sua maioria por liberais moderados pertencentes à elite agrária, defendiam a formação de uma monarquia constitucional com equilíbrio entre o poder legislativo e o executivo. Já os Exaltados, formados por pequenos comerciantes e homens livres provindos das camadas urbanas, defendiam maior autonomia para as províncias e a adoção de políticas mais distributivas. Este segmento queria reformas mais amplas como o fim do Conselho de Estado e o fim do poder moderador. Alguns de seus membros defendiam a criação de uma República representativa.

Como resultado das disputas entre os diversos grupos e pela ausência do poder moderador exercido pelo imperador, o período regencial foi o mais instável do período monárquico brasileiro. Nas disputas internas os liberais moderados acabaram ocupando uma parcela de poder importante nas decisões políticas da época, mas para isso tiveram o apoio dos exaltados. Como consequência desta aliança resultou na aprovação do Ato Adicional de 1834, que conferiu maior autonomia as províncias.

A conferência de autonomia para as províncias levou a eclosão de diversas revoltas nas províncias e a contestação do poder político da monarquia. As revoltas tiveram o apoio da população mais pobre que conclamava por melhores condições de vida e por maior participação na vida política nacional. Como resultado, em 1840 a maioria do imperador foi antecipada, e se iniciou um período de centralização do poder político e retirada de certas prerrogativas das províncias que suprimiram formalmente os poderes judiciário e político das Câmaras Municipais.

Nesse contexto de centralização do poder político nas mãos do império, os senhores territoriais desconhecaram as medidas legais que suprimiram os poderes das Câmaras Municipais, porém como reflexo dessas medidas, houve necessidade de negociação com o governo estadual, pois certas funções como coletor, juiz de paz, delegado de polícia, eram centrais para garantir a tranquilidade econômica e o controle político sobre as cidades.

Apesar do poder dos senhores territoriais ter sido mantido, principalmente por atrelar-se a economia do império, eles foram submetidos às regras políticas formais que os levaram a criar relações simbióticas informais com o poder político instituído a nível estadual, pois para manterem seus interesses intactos, passaram a negociar cargos oficiais dos municípios com os presidentes das províncias.

No contexto da instituição de regras políticas para realização de eleições e da participação dos senhores na política local, os mecanismos coercitivos se mantiveram para obter a adesão da maioria da população dos municípios rurais, abandonados pelo poder central e ainda comandados pelas oligarquias rurais. Por outro lado, o Império iniciou o aprisionamento do poder local, consubstanciado na ausência de autonomia financeira, política e administrativa frente às províncias e ao poder central, sendo assim, a limitação da independência municipal apresentou como opção vantajosa aos chefes locais estar ao lado dos presidentes das províncias, gerando uma relação de governismo durante o período imperial.

2.3 Relações Políticas na República Velha

A República Velha foi marcada pela chamada “política dos governadores” instituída durante o governo de Campos Sales. Nessa fase da história política, o Brasil foi marcado por um sistema político chamado de coronelismo. Victor Nunes Leal informa que o sistema coronelista se estabeleceria como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada e que seria a fraqueza financeira municipal que contribuiria relevantemente para mantê-lo (LEAL, 1976).

Nesse contexto, em comparação a períodos anteriores, na República Velha o município está disposto em uma posição de dependência, já que as câmaras municipais não apresentavam mais a estrutura do Brasil, como no início da ocupação do território, pois não concentravam mais os três poderes sob a administração do chefe municipal. O que surgiu foram mecanismos institucionais formais (estabelecimento de novas regras institucionais que delimitaram a independência municipal) e informais (relação coronelista) que entrelaçavam os chefes locais às articulações do governo federal e estadual (SIQUEIRA, 2004).

O arranjo político formal colocou todo o poder nas mãos dos Governadores, e o coronelismo como arranjo informal se mostra como fundamental para entender a conexão política e eleitoral que existia entre as instâncias federativas, pois consistia nas trocas de favores por votos ao partido que o chefe local estava apoiando, demonstrando como este personagem manteve a mesma função do período colonial. A dependência dos eleitores em relação ao coronel fazia com que este último garantisse votos para o candidato que apoiava o que ficou conhecido como o voto de cabresto.

Dependendo do contexto socioeconômico, o coronel pode assumir um caráter mais ou menos autocrático, pois existia o coronelismo municipal, com base eleitoral totalmente dependente dele, estabelecendo uma relação coercitiva e autocrática, e também se detecta o coronel que ascende a níveis estaduais e federais, esses que precisavam ter acesso aos votos por meio de cabos eleitorais, outro coronel e ou grupos parentais (SIQUEIRA, 2004).

A insegurança gerada pela distância das relações entre um coronel estadual e a base eleitoral, em comparação aos coronéis municipais, fez com que houvesse necessidade de existir retorno material à base eleitoral. Esse tipo de coronelismo produz eleitores mais autônomos à frente do coronel, que verificam a possibilidade de auferir bens a seu favor. Além do mais, o eleitor verificado nas bases em que o chefe político precisa de um intermediário, apresenta maiores exigências em relação ao cabo eleitoral, quanto à confiança, garantida quase sempre pelo prestígio que o cabo eleitoral deve cultivar por meio das boas relações pessoais no meio em que vive.

Detalhe importante que existia nessa realidade é a possibilidade de dois coronéis coabitarem uma mesma região, pois além de empregarem mecanismos coercitivos aos eleitores, surgia necessidade de controle dos mecanismos estatais e dos cargos estratégicos por parte do coronel, resultando no interesse de estreitar laços com o governo a fim de garantir seus interesses. Além do mais, a outra forma que os coronéis garantiam cacife político à frente do governo era custeando o processo eleitoral e os eleitores, garantindo transporte, alimentação, acomodação, etc, para que os eleitores não faltassem aos pleitos eleitorais da época (LEAL, 1976).

A República Velha marcada pelo pacto dos governadores atribuiu poder aos estados e reduziu o município a um ente dependente dos governos estadual e federal. O coronelismo se mostrou como canal de comunicação do coronel que captava eleitores para apoiar os chefes políticos. Era sempre mais vantajoso estar apoiando o governo, pois dessa forma o coronel proporcionava vantagens a sua região e seus eleitores. É desse período que se herda a relação governista como mais vantajosa, tanto para os chefes locais, que garantem controle político local, quanto para os eleitores que conseguem auferir vantagens individuais e até coletivas.

2.4 Relações Políticas na Era Vargas

Com a queda da República Velha na chamada Revolução de 1930, temos a ascensão de Getúlio Vargas ao governo central (período que vai de 1930 a 1945, passando pelo Estado Novo) com a promessa de extinguir a política dos governadores e o sistema político coronelista que se entendia como a base de sustentação das oligarquias estaduais dominantes, pois se apoiavam na influência dos chefes locais para cooptar eleitores e manterem-se no poder. Nesse contexto o município aparece sem autonomia e subordinado aos interventores estaduais emergentes da constituição de 1937.

Quando Vargas assumiu o poder, houve o fortalecimento do poder central, o que poderia representar a quebra ou esvaziamento do poder local, principalmente porque suas políticas eram voltadas para os centros urbanos, porém a lógica localista dos municípios rurais em nada foi alterada, sendo que a única interferência que o presidente realizava era trocar um coronel por outro, persistindo assim a existência das antigas oligarquias na esfera local e sobrevivência do coronelismo por meio das influências pessoais que os chefes locais tinham nos âmbitos estadual e federal (SIQUEIRA, 2004).

2.5 Relações Políticas na República Democrática de 1946

O regime democrático de 1946 pregou o mesmo ideário de extinguir as oligarquias locais e suas práticas coronelistas, então a Constituição apresentou

arranjo institucional voltado para este objetivo. A partir de então, estava decretado o fim dos partidos localistas e obrigatoriedade de partidos nacionais, sendo a representação política centrada obrigatoriamente em partidos políticos.

Com a nova definição, os grupos locais se concentraram em torno do PSD, um partido político criado por eles para representar seus interesses políticos. Em lado oposto, os grupos urbanos emergentes se fizeram representar pela UDN. Ambos os partidos citados construíram suas bases de apoio a partir do município (SIQUEIRA, 2004).

Nesse período, a percepção que se tem da conexão entre a esfera municipal e estadual é de que quando um candidato ao executivo municipal tinha apoio do governador do estado, suas chances de vitória aumentavam. A essa altura o eleitor não atrelava suas preferências a bens particulares que por ventura poderia auferir com a vitória do coronel, mas sim nas vantagens coletivas que o município poderia obter, sendo assim um prefeito de mesmo partido do governador teria melhores condições de atender as demandas do município (KERBAUY, 1979; BURSZTYN, 1984).

Essas definições emergentes seriam precursoras do perfil de dominação local no Brasil principalmente nos pequenos municípios, e também representaria alteração dos “padrões de competição política onde as vinculações de ordem individualista estariam cedendo lugar a interesses menos particularistas” (Siqueira, p. 46, 2004).

No período democrático de 1946, as relações políticas entre as esferas de poder se apresentariam mais complexas, pois articulava fatores institucionais e contextuais. O chefe do executivo municipal ainda apresentava-se como mediador das articulações informais que poderiam garantir acesso a orçamentos escassos, sendo sua adesão racional ao governo estadual fator preponderante para tanto.

2.6 Relações Políticas na Ditadura Militar

Durante a Ditadura Militar, do ponto de vista da lógica política dos municípios, a união centralizou os recursos a partir de uma reforma tributária em 1967, enfraquecendo os estados política e financeiramente, aumentando a arrecadação dos

municípios para 13% do bolo tributário (Andrade & Santos, 2015), mas mesmo assim ainda manteve a dependência desses em relação à União. Além da centralização tributária, é importante lembrar que o período autoritário foi caracterizado pela “tecnificação” da política, em que militares e tecnocratas estavam à frente dos governos estaduais, o que conseqüentemente gerou uma rede de interesses em torno do anel burocrático, retomando novas maneiras informais de acesso aos cofres públicos (SIQUEIRA, 2004).

Para que os municípios tivessem acesso ao financiamento da União, deveriam atender as exigências do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado). Ocorre que eram somente os grandes municípios que conseguiam o financiamento do PDDI, inclusive independia da natureza ideológica do regime incumbente (Dias, 1995 *apud* Siqueira, 2004). Em consequência dessa realidade, municípios mais fracos política e economicamente dependiam de representantes que fossem capazes de intermediar o acesso aos recursos públicos fornecidos pela União, sendo preponderante o fato de pertencerem a ARENA, partido que estava afrente do governo federal.

A percepção do chefe do executivo municipal sobre as vantagens de pertencer a ARENA para garantir os recursos que garantissem o atendimento das demandas de sua cidade ocasionou muitas vezes a mudança de partido por parte desses políticos. Era comum que prefeitos do MDB mudassem para ARENA (Siqueira, 2004; Andrade e Santos, 2015), o que de certa forma “revela um ator executivo municipal pragmático e racional em busca de recursos orçamentários” (SIQUEIRA, p. 50, 2004).

Temos também o interesse da União em estreitar as relações intergovernamentais com os municípios por meio de transferências negociadas obrigatoriamente vinculadas ao Poder Central com objetivo de trazer o poder local para a esfera de influência do Governo Federal, em detrimento das relações que os municípios tinham com os estados, já que as transferências entre estado-municípios eram feitas sem vinculação alguma. Vejamos tais ideias reiteradas nas palavras de Abrúcio (1997):

As perdas dos municípios foram menores e, além do mais, o Governo Federal procurou transferir recursos diretamente para eles, de forma tutelada, seja pela via das transferências negociadas, seja a partir do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), buscando vincular parcela significativa dos recursos transferidos a determinados gastos. Nesta estratégia do regime militar, a intensificação das relações financeiras entre a União e os municípios procurava trazer o poder local para a esfera de influência do Governo Federal,

retirando um dos maiores poderes do governo estadual, qual seja, o controle político-econômico da esfera municipal (p. 66)

A crítica que perdura desde a República Velha é sobre a dependência das cidades em relação a recursos estaduais ou federais, que na primeira república implantou o coronelismo e veio se estendendo por décadas. Sendo assim, nos remetendo novamente a Victor Nunes Leal, a penúria financeira que viviam as prefeituras municipais, principalmente nas pequenas localidades é um dos fatores que estimulava o pacto coronelista, então a solução para esse mal seria a independência municipal dos recursos estaduais e/ou federais.

2.7 Os Municípios na Nova Ordem Constitucional

Antes de adentrar na fase pós -1988 destacam-se as eleições de 1982 e a vitória da oposição nos estados mais importantes do Brasil, pois a partir daí viu-se os governadores recuperarem aos poucos sua autonomia política e terem um papel fundamental na redemocratização do país. A oposição elegeu governadores em 10 dos 22 estados brasileiros, sendo que os melhores resultados foram em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto que o partido situacionista, mesmo tendo sucesso em maior número de estados, a maioria destes estava no Nordeste (ABRUCIO, 1997).

O governo federal assistia o controle que tinham sobre autonomia política dos estados-membros se perder, pois os governadores não precisavam mais se curvar aos caprichos dos militares já que agora quem definia a situação política era o povo. O que se observou foi a utilização da máquina pública estadual como arma política absolutamente influente na decisão do apoio a um candidato ou na obtenção de votos mediante a repartição clientelista dos recursos públicos.

O aumento da receita tributária destinada aos demais entes da federação também foi muito questionada pelos governadores, assim como pelos prefeitos. O governo federal começou a necessitar de apoio regional para conseguir instituir seus projetos, sendo assim teve que “negociar apoios com os líderes regionais no Congresso para aprovar determinados projetos, e estes pediam em troca o aumento da participação das unidades subnacionais no bolo tributário nacional (Abrúcio, p. 97,

1997)”. Já em relação aos municípios, a reivindicação também era de natureza tributária, que resultou na união de líderes locais que formaram a Associação de Prefeitos das Capitais, a fim de reclamar o restabelecimento da autonomia municipal.

Com a promulgação da constituição federal de 1988, o município ganhou status de ente federativo independente com competências exclusivas, inclusive sobre tributos, uma das reivindicações de seus representantes, como há pouco foi tratado, além da responsabilidade pelo oferecimento de alguns serviços públicos (saúde e educação). Mesmo com as mudanças introduzidas pela nova ordem constitucional, a existência de algumas responsabilidades atribuídas ao Estado e a União, dentro do espaço municipal, deve gerar demandas dos prefeitos aos governos correspondentes, recriando ou perpetuando as condições que fazem emergir critérios manipuladores na distribuição de recursos públicos.

Temos também características de ordem geográfica e socioeconômica que estão associadas ao grau de dependência que possa existir nos municípios em relação ao Estado e União, pois o Brasil conta atualmente com mais de 5563 municípios que em sua maioria possuem até 50.000 habitantes (o Quadro 1 destaca o Porte e IDH dos municípios em 2000 a 2016) e comumente são socioeconomicamente vulneráveis em relação a municípios maiores, que como já se vinha retratando, historicamente apresentam grande dependência de recursos provenientes dos outros entes da federação e conseqüentemente haveria maior interesse tanto dos eleitores quanto dos políticos em estreitar laços com o governador de seu estado, associando-se muitas vezes ao seu partido ou mesmo a algum partido de sua coligação de apoio.

Hoje em dia há, além dos tributos devidos exclusivamente aos municípios, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que muito favorece aqueles classificados como de “municípios de interior”, pois recebem 86,4% da repartição, transferências constitucionais, transferências legais, transferências do sistema único de saúde (SUS) e as transferências voluntárias (Andrade e Santos, 2015; Soares, 2012) que garante um mínimo de suporte ao serviço público municipal e a população, mas muitas vezes acaba por ser insuficiente.

Levando em consideração a situação contemporânea dos municípios desde 1988, no Brasil o governo estadual ainda se constituiria como o principal mecanismo para interligar os interesses estaduais e federais, com os municipais, capitalizando suas gestões, além de dar suporte para que o atendimento às demandas locais (ANDRADE & SANTOS, 2015), principalmente de municípios pequenos e mais pobres.

Quadro 1: Porte e IDHM dos municípios no Brasil

2000				
PORTE	IDHM Baixo	IDHM Médio	IDHM Alto	TOTAL
MICRO	4575	11	0	4586
PEQUENO	595	1	0	596
MÉDIO	156	3	0	159
GRANDE	109	27	0	136
TOTAL	5435	42	0	5477
2004				
PORTE	IDHM Baixo	IDHM Médio	IDHM Alto	TOTAL
MICRO	3455	1089	0	4544
PEQUENO	412	263	0	675
GRANDE	74	117	0	191
MICRO	38	113	1	152
TOTAL	3979	1582	1	5562
2008				
PORTE	IDHM Baixo	IDHM Médio	IDHM Alto	TOTAL
MICRO	3423	1034	0	4457
PEQUENO	440	276	0	716
MÉDIO	84	142	1	227
GRANDE	33	130	0	163
TOTAL	3980	1582	1	5563
2012				
PORTE	IDHM Baixo	IDHM Médio	IDHM Alto	TOTAL
MICRO	1229	3136	2	4367
PEQUENO	169	601	4	774
MÉDIO	4	227	9	240
GRANDE	1	157	28	186
TOTAL	1403	4121	43	5567
2016				
PORTE	IDHM Baixo	IDHM Médio	IDHM Alto	TOTAL
MICRO	1204	3109	2	4315
PEQUENO	189	612	4	805
MÉDIO	7	236	9	252
GRANDE	0	163	28	191
TOTAL	1400	4120	43	5563

Fonte: IBGE 2015

3. CONEXÃO ELEITORAL ENTRE GOVERNADOR E PREFEITOS: uma revisão da literatura

No primeiro capítulo foi possível verificar como as reformas realizadas nas diversas fases da história política brasileira ocasionaram a posição em que os municípios se encontram atualmente. Mesmo como autonomia garantida pela constituição de 1988 que está em vigor, apontou-se como os municípios ainda carecem de recursos provenientes do estado e União.

No que tange o relacionamento dos municípios com os Estados, Abrúcio (1997) apresenta a vitória da oposição em 1982 nos estados mais importantes como um marco definitivo da recuperação da autonomia dos estados, pois a oposição, representada pelo MDB, elegeu governadores em 10 dos 22 estados brasileiros, sendo que os melhores resultados foram em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto que o partido situacionista, mesmo tendo sucesso em maior número de estados, a maioria destes estava no Nordeste.

No cenário atual, o autor destaca o sistema eleitoral brasileiro como um fator preponderante que impulsiona a manutenção das atuais relações intergovernamentais. Temos que o sistema proporcional de lista aberta (nas eleições para a constituição das Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados Federais) apresenta-se como uma forte influência à campanha individualizada, onde candidatos preferiam aliar-se ao governador do estado, por conta da máquina pública, a fim de maximizarem seus objetivos, mas em troca do auxílio, esperava obter o apoio a seu candidato à sucessão.

Outro detalhe diz respeito às circunscrições onde os candidatos obtêm apoio dos eleitores. Em tese o estado em sua totalidade é onde o candidato pode buscar votos, mas na realidade possuem “distritos informais” em que atendem seus eleitores, capazes de garantir votos suficientes para superar as barreiras legais do sistema eleitoral e conquistar uma cadeira no legislativo. Em conclusão temos que a campanha individualizada, sem um suporte partidário, somada ao caráter informal dos distritos, resulta em maior vulnerabilidade das bases eleitorais dos deputados estaduais, então o governador de estado, possuidor do controle sobre a máquina

pública, seria o grande favorecido por esse estado de coisas, e passava a controlar o processo de formação, consolidação e controle dos redutos eleitorais.

Como referência para esse tipo de discussão, temos as ideias de Scott Mainwaring (2001) que caminham na conclusão de que os partidos possuem pouca legitimidade social no que tange o estado e o interesse do cidadão, demonstrando que no Brasil somente uma minoria dos eleitores é capaz de se identificar com algum partido, daí a alta fragilidade das agremiações e a pouca responsabilização dos políticos que por vezes acabam assumindo posturas clientelistas e pouco coesas com o interesse público.

O sistema proporcional traz como resultado a intensa competição entre candidatos do mesmo partido no mesmo território, pulverizando os votos dos eleitores entre vários candidatos do mesmo partido, e o voto personalizado, este último que acaba por conferir ao eleitor grande poder na definição das listas partidárias, convertendo os representantes em adversários reciprocamente ameaçadores, e compelindo-os a buscar todos os votos para si, desaparecendo, neste sentido, qualquer estímulo para uma ação mais solidária em favor do partido, o que resulta em estruturas partidárias desagregadas e lideranças não fiéis à identidade partidária. O sistema proporcional não só produz intensa competição eleitoral no mesmo território, mas acaba por pulverizar os votos dos eleitores entre vários candidatos do mesmo partido (Mainwaring, 2001).

Assim, como consequência do individualismo que permeia o sistema político brasileiro, os partidos não se apresentam como instituições nacionalizadas, portadoras de programas e projetos, sendo incapazes de fortalecerem os vínculos entre suas legendas e o eleitorado.

Mais adiante, em contra partida as suas primeiras impressões, Mainwaring, Meneguello e Power (2000), reavaliaram suas considerações sobre a falta de identidade dos partidos brasileiros no que tange mais especificamente as suas ideologias, sendo assim poderíamos identificar os partidos brasileiros com base em seus conteúdos programáticos, “A imagem, antes prevalecente, de partidos não programáticos, com apenas pequenas diferenças entre si, é enganosa [...]” uma impressão que seria passada para o eleitorado gerando possível identificação com os

partidos políticos que também repercutiria no comportamento dos partidos dentro do Congresso Nacional.

No mesmo sentido, Figueiredo e Limongi (1999) se consagraram com sua pesquisa sobre o comportamento partidário dentro do Congresso Nacional onde verificaram que diferente da arena eleitoral, os partidos pareciam obedecer a uma lógica que garantiria a estabilidade das votações dentro da Câmara dos Deputados Federais. O desenho institucional brasileiro, a respeito do funcionamento do Congresso Nacional, foi pensado para garantir a governabilidade e equilíbrio do sistema presidencialista. Fora as colocações dispostas na Constituição Federal que oferece poderes específicos ao presidente da República (Medida Provisória e Pedido de Urgência), o regimento interno apresenta regras que limitam a atuação personalizada dos deputados, sendo assim em votações “mais importantes” seguiriam o voto do líder do partido, o que significa previsibilidade do comportamento dos partidos em contraposição às ideias mais tradicionais anteriores a Constituição Federal de 1988.

A literatura clássica brasileira sobre sistemas eleitorais e partidários já discutiu sobre como se materializa o sistema eleitoral no território brasileiro, levando em conta o federalismo, pois a partir desse detalhe foi possível verificar que a herança deixada pela história da divergência entre estados e união, somada ao desenho institucional brasileiro, agora reflete na existência de vários subsistemas partidários, significando que eleições estaduais não obedecem a mesma lógica das eleições nacionais.

Lima Junior (1983) em estudo sobre as alianças partidárias nas eleições de 1946-64 demonstrou que os partidos agem racionalmente de acordo com o contexto de sua realidade regional, tendo a preferência do eleitorado definida pela estrutura partidária existente, independente do fato de haver ou não alianças. Por outro lado, o comportamento partidário e o nível organizacional do partido dependiam das condições locais da competição eleitoral. Ao verificar que “o poder competitivo das alianças frente aos partidos individualmente foi substancialmente menor a nível estadual que a nível federal (p. 80)”, conclui que a lógica na competição em âmbito estadual era diferente do nacional e que, inclusive, a força local relativa de um partido constituiria o determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças.

Na mesma linha de raciocínio, Nicolau (1994), em estudo sobre o período de 1985-94, enfatizou que as “evidências do descolamento do sistema partidário nacional do sistema partidário dos estados são as diferentes performances eleitorais dos partidos nas unidades da Federação (p. 83)”, então observou que as consequências dos comportamentos dos eleitores e dos partidos divergiriam de estado para estado. Uma delas seria a distribuição desigual dos partidos brasileiros no território nacional, em termos eleitorais e organizacionais, sendo assim, alguns partidos são mais fracos em alguns estados e mais fortes em outros; e como frequência produzem diferentes configurações dos sistemas partidários estaduais.

Enfim, Lavareda (1991) nos trouxe informações sobre as eleições nas unidades federativas para verificar a força dos partidos, agregando os pleitos municipais, trazendo uma análise que tomou as cinco regiões do País como unidades geográficas. Logo no princípio, o autor destaca a dificuldade de traçar um perfil evolutivo dos partidos em todas as regiões, pois as alianças variavam dentro dos estados e até dos municípios, nas diversas categorias de eleições, então variação das alianças e forças dos partidos fizeram considerar que o sistema partidário não comportaria uma definição restrita a nenhum aspecto. Nas palavras do autor “Só pode ser compreendido como uma figura poliédrica cujas faces estampavam, cada qual, dinâmicas próprias, alimentadas pela lógica específica de cada categoria de disputa, embora possam ser identificados pontos de articulação objetivos entre as mesmas (p. 95)”.

A esse tema, Lavareda considerou que na maioria das regiões do Brasil, poucos partidos tinham mais força, significando que não havia muito espaço para a ascensão de novas legendas, em nível de eleições majoritárias. Esse detalhe divergia do que acontecia no plano nacional (Câmara Federal) e do sistema multipartidário, destacando a lógica própria dos subsistemas.

O que existia era uma discreta participação de partidos menores que apresentavam alguma evolução no decorrer dos pleitos analisados por Lavareda (1991). A única região que parecia apresentar tal nascente de um sistema pluripartidário de fato era a região do sudeste

As conclusões dos autores afirmam existir uma lógica própria para cada unidade da federação, onde os políticos representantes dos partidos a elas correspondentes se organizariam da melhor forma para obter sucesso nas eleições, porém a elite dominante em cada unidade não necessariamente é do mesmo partido que as demais ou vitorioso em todos os pleitos, na verdade cada partido tem uma unidade da federação em que predomina, ou até algumas unidades.

Kerbaui (2013) apresenta considerações ponderáveis para o tema da pesquisa em comento, pois trabalha com federalismo e disposição territorial dos partidos no Brasil após o resultado das eleições de 2012. Em primeiro momento, a autora apresenta a ideia da existência de divergências regionais e lógicas localistas no Brasil, uma vez que a força dos partidos em âmbito municipal apresenta variações. Tem-se que os maiores partidos conseguem ter sucesso nas eleições em municípios de diferentes regiões do país, ao passo que para os menores partidos restariam pequenas prefeituras em regiões mais específicas, sendo, inclusive um indício da incapacidade dos grandes partidos de conseguirem se organizar nacionalmente; em segundo, considerou o sucesso do PSB, nas eleições de 2012, um reflexo da influência do Governador Eduardo Campos por conta da sua gestão bem avaliada, o que é um exemplo da expressão do partido governista em eleições municipais.

É correto afirmar que o sistema eleitoral vigente apresenta uma série de obstáculos às articulações políticas nos diversos níveis desse sistema, porém a literatura apresenta artifícios que os partidos políticos usam para se consolidarem, senão vejamos a tese de doutorado de Mizuca (2007), que trabalhando especificamente com as coligações formadas nas eleições municipais de 2000 e 2004, traz informações importantes de se destacar.

A importância da legenda do governador definiu o cenário em que ocorreram as eleições municipais, pois “as forças são divididas normalmente entre dois grupos relevantes que representam na maioria dos casos, a oposição e a situação em relação ao governo local (p. 157)”. O autor também demonstra, como bem já se havia mencionado, que os partidos apresentam forças distintas nos diferentes estados e municípios, com taxas máximas e mínimas de conquista das prefeituras para auxiliar a verificação dessas relevâncias distintas nas eleições de 2000 e 2004 no Brasil.

Destaca-se que as taxas máximas apresentadas, em parte significativa, tem relação direta com o fato de a legenda governar o estado em que ela aparece (MIZUCA, 2007).

Lavareda e Telles (2011), com base em dados e informações sobre as eleições municipais de 2008, destacam que os governadores apresentam elevada interferência na eleição dos prefeitos, pois, na medida em que permitem capitalizar a máquina pública local, os candidatos fazem um cálculo racional que os impulsiona a se organizarem em torno da legenda do governador, facilitando a vitória nas urnas municipais e a capilarização das legendas governantes em seu respectivo estado. Favorecendo essa tese, destaca-se fortemente a seguinte informação:

Afirmar que, no agregado, as eleições municipais de certa forma “projetam” o futuro no que concerne às eleições nacionais não significa ignorar que elas, também, refletem o passado, particularmente nos pequenos municípios e nas áreas menos desenvolvidas. A explicação, nesse caso, remete ao papel dos governos estaduais, uma vez que as disputas locais, principalmente nas áreas menos desenvolvidas, são fortemente influenciadas por eles e, em consequência, o partido do governador costuma nelas assinalar um crescimento expressivo. [grifo nosso] (p.23)

Os autores destacam a trajetória do PSB nas eleições municipais na região nordeste, onde em 2004 obteve vitória em 108 cidades, correspondendo ao 7º lugar em desempenho partidário da região. Em 2008 aumentou em pouco mais de 90% seu desempenho em consequências das vitórias nas eleições para governador de estado em Pernambuco e Ceará, dois dos três principais estados dessa região.

Carneiro e Almeida (2008), discorrendo sobre Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira, assinalam que a independência do município, desde 1988, foi responsável pela provável desconexão com as outras esferas de governo. Contudo, não se pode inferir que haja desconexão entre os diferentes níveis do sistema, muito menos que sua base – a esfera municipal – seja sempre moldada de forma idiossincrática pelas disputas locais.

Com as características da Federação, das regras eleitorais e das que presidem a organização partidária, a articulação dos partidos nos três níveis do sistema partidário só seria garantida com os esforços de coordenação por parte das lideranças para entrelaçar os municípios às esferas estadual e nacional.

Com base nos resultados encontrados pelos autores, há um modelo que comprova que a votação de um partido na eleição para governador tem um efeito direto na votação desse mesmo partido nas eleições para prefeito que ocorrem no pleito subsequente (Almeida e Carneiro, 2008, p. 424).

Reconhecendo os esforços das lideranças nas diversas unidades da federação a fim de maximizar a força do partido e atender seus próprios interesses, o sistema partidário brasileiro acaba por apresentar indícios de vertebração na medida em que articula a competição por votos nas três esferas da Federação. O município e a política local não podem ser adequadamente descritos como pertencentes a uma arena fechada à influência das disputas travadas em outros âmbitos do sistema partidário brasileiro (CARNEIRO e ALMEIDA, 2008).

Outra variável de análise que se mostrou interessante quando observada em períodos eleitorais foi a transferência voluntária intergovernamental, na pesquisa de Vieira e Avatre (2008). Os autores apresentam como de certa forma as transferências voluntárias podem estar associadas ao alinhamento do partido dos prefeitos com o do governador do estado. Os autores analisam as transferências voluntárias, denominadas variável política, somadas ao desenho institucional, demonstrando que a falta de coincidências dos ciclos eleitorais, teria como efeito o aumento dos gastos em anos eleitorais (transferências voluntárias estado-município), sendo que este aumento é maior quando os prefeitos fazem parte da coalizão eleitoral dos governadores e presidentes.

O alinhamento político entre entes federativos se mostra importante para se verificar o fluxo de recursos entre eles. Acredita-se que entes alinhados politicamente oferecem benefícios financeiros entre si, tanto que há pouco se expôs as conclusões de Vieira e Avatre (2008). Nessa mesma linha de raciocínio, há o estudo realizado por Soares (2012) também sobre as transferências voluntárias, porém levando em conta os repasses da União aos Municípios.

As análises apresentaram transferências voluntárias de caráter político e redistributivo. Municípios que apresentaram mesmo partido do presidente ou de algum partido a frente de pastas ministeriais obtiveram mais recursos provenientes de transferências voluntárias, porém, o governo federal apresentou grande repasse a

municípios mais pobres, independente do alinhamento político. Por fim, até municípios mais ricos conseguem grande captação de recursos, pois apresentam maior capacidade técnica para celebrar e executar convênios. Uma última colocação curiosa foi a respeito dos municípios que se apresentariam em uma faixa intermediária sem apresentar os requisitos levados em consideração pelo governo federal para realizar as transferências voluntárias, pois tais municípios seriam preteridos e conseqüentemente acredita-se que podem buscar alinhamento com o governo estadual.

Soares, Terron e Alkmin, (2016) trabalham com uma hipótese alternativa à da literatura clássica sobre as relações verticais no Brasil, em especial tratando do poder dos governadores, criticando em especial a combinação do sistema federativo hierarquizado, a partir da União, o sistema proporcional e as características do País, pois provocariam uma excessiva fragmentação das forças partidárias.

O objetivo consiste em destacar que o padrão de explicação baseado em coronelismo, mandonismo, clientelismo e outros é frágil, ou limitado, para o entendimento da relação entre a elite política e seus representados (Soares, Terron e Alkmin, p. 45, 2016), já defendido por Borges (2010), destacando quem exerceu mais influência sobre a última eleição dos prefeitos, se o governador ou o prefeito em exercício. Para tanto, subdividiram a análise das eleições para prefeito de 2012 em partidos.

A partir dos dados, verificaram que a chance de um candidato a prefeito ser eleito é mais alta quando prefeito e governador são do mesmo partido do candidato e mais baixa quando nem o prefeito e nem o governador são do mesmo partido do candidato, porém a influência do prefeito e do governador varia de partido para partido: maior em uns, menor e até inexistente em outros, Destacando, por fim que:

As coligações eleitorais tiram a nitidez das análises, seu efeito sobre as chances eleitorais dos candidatos. Representam, em si, uma área do conhecimento exigindo ser incluída e estudada. As coalizões de governo, nos três níveis, também pedem passagem: nelas se originam, ou por elas passam, negociações e acordos, e a distribuição de recursos materiais que, hipotetizamos, influenciam os resultados das eleições (Alkmin, Soares e Terron, p. 64, 2016)

Borges (2010) contextualiza sua pesquisa em um cenário de instituições partidárias descentralizadas, por conseguinte a capacidade das elites estaduais e locais de distribuir cargos e verbas públicas entre eleitores e membros dos partidos, deve ser extremamente importante na estruturação dos processos partidários e eleitorais em todos os níveis da federação. Contrariando a ideia clássica sobre a predominância do partido do governador nas relações com as outras esferas de poder, destaca que a expansão das políticas sociais federais de transferência de renda nos últimos anos vem contribuindo para minar o controle antes exercido pelas máquinas políticas estaduais sobre a arena eleitoral. Ocorre que parece não existir preocupação de se pensar analiticamente as distinções/semelhanças entre programas governamentais, nem como políticas públicas distintas tendem a impactar/sofrer influências distintas nos/dos processos eleitorais e partidários (BORGES, p. 122, 2016).

Santos (2013), Contrariando as ideias de manutenção da lógica localista, apresenta dados que divergem dessas opiniões levando em conta os efeitos da urbanização e o aumento da competitividade. Partindo desse pressuposto o autor optou por verificar as famílias ideológicas que estavam presentes nos municípios. A lógica indicaria que os menores municípios estariam dominados por partidos de Direita, enquanto que os municípios com maior grau de urbanização e desenvolvimento humano seriam dominados por partidos de Centro e Esquerda.

A hipótese clássica não se confirmou, pois a variável que ele encontrou foi o alinhamento com o governo federal, logo, as conclusões alcançadas por Santos (2013) foram que o grau de competitividade aumenta conforme o tamanho do município, sendo a dominância mais frequente em micro e pequenas cidades; não há correspondência entre famílias ideológicas e grau de urbanização; existe tendência de crescimento de partidos de esquerda e legendas que integram a coalizão governista federal, com acentuado declínio de partidos de oposição ao governo federal; o alinhamento ao governo federal constitui importante capital político. A principal conclusão indica a presença prevalente de um componente nacional na disputa local, comumente neutralizado de modo parcial quando prefeitura e governo estadual estão nas mãos de partidos oposicionistas, pois nesse último contexto o município encontra apoio no governador de seu estado. “A sinergia município/estado

parece potencializar a competitividade dos partidos opositoristas na esfera local, que alcançam vitória em 53,5% dos casos sob esta configuração (SANTOS, 2013, p. 17)".

4. TAXA DE SUCESSO DO PARTIDO DO GOVERNADOR NA ELEIÇÃO DOS PREFEITOS

4.1 Aspectos Conceituais e Teóricos

As discussões travadas pela interpretação dos dados giram em torno de entender onde estão concentradas as vitórias do partido do governador nas eleições dos prefeitos, observando as características dos municípios, como número de habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano. Como se leva em consideração a ação dos prefeitos se pertencentes ou não ao partido do governador, e mais, se os partidos se organizam em volta da legenda governista, tratam-se os atores (partidos políticos) como sujeitos que realizam um cálculo racional para ampliarem seus resultados dentro dos estados a fim de superarem as barreiras que emergem do sistema eleitoral vigente. Sendo assim, trabalha-se com a teoria da escolha racional de Downs (1974).

4.2 Metodologia de Pesquisa

Neste capítulo trataremos do problema de pesquisa demonstrando como vem sendo a evolução da capilarização do partido do governador nos municípios pertencentes ao estado por ele governado, oferecendo uma discussão em cima do seguinte problema de pesquisa: *Qual seria a taxa de sucesso do partido do governador nas eleições para prefeito nos diferentes estados e regiões do Brasil nas eleições municipais de 2000 – 2004 – 2008 – 2012 - 2016?*

Para investigar o problema de pesquisa, elaboraram-se duas hipóteses:

H 1 – A Taxa de sucesso do partido do governador é maior na eleição de prefeitos em municípios considerados de PEQUENO PORTE e BAIXO IDHm;

H 2 – Coligação do governador a época de sua eleição apresentaram taxas significativas de sucesso

Para tanto, entende-se como taxa de sucesso a quantidade de prefeituras conquistadas pelo partido do governador na eleição para prefeitos apresentada em

porcentagem, que será classificada como MUITO ALTA, ALTA, MÉDIA, BAIXA e INSIGNIFICANTE, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 2: Classificação da Taxa de sucesso do Partido do Governador

Classificação	% de prefeituras conquistadas
Muito Alta	80,1% a 100%
Alta	60,1% a 80%
Média	40,1% a 60%
Baixa	10,1% a 40%
Insignificante	0 a 10%

Trabalha-se com dados eleitorais disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (www.tse.jus.br) a respeito dos resultados das eleições para governos do estado e para prefeitos dos municípios, assim como dados sobre as coligações eleitorais nas eleições estaduais para governador e população eleitoral, enquanto que os dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foram extraídos do site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (www.br.undp.org).

Em geral, leva-se em consideração os 26 estados da federação e seus municípios em todos os períodos analisados, com exceção dos que tiveram que ser excluídos por dois motivos:

1) Não havia *score* de IDHM para aqueles que surgiram entre os intervalos de uma avaliação do PNUD para outra, pois um município criado em 2003 só viria a ter uma classificação apenas a partir de 2010, por exemplo. Inclusive é importante frisar que as classificações se repetiram em eleições ocorridas no intervalo de 10 anos diante do fato de que o censo realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE ocorre de 10 em 10 anos;

2) Outro motivo que determinou a exclusão de alguns municípios foram as diversas suspensões dos resultados eleitorais e aguardo de decisão do Tribunal Superior Eleitoral - TSE sobre cassação de algumas candidaturas de políticos vencedores nos pleitos de 2016. Mesmo com esse detalhe, optou-se por levar em

consideração o resultado que deu a vitória para o partido, independente de o candidato ter ou não seu mandato cassado, já que o importante é a vitória da legenda nas urnas.

Em relação aos municípios que apresentam mesmo partido do governador de estado, verificou-se uma quantidade bem menor, pois os questionamentos geral (problema de pesquisa) e referente a hipótese 1 giram em torno apenas da porcentagem que corresponda aos municípios presentes na taxa de sucesso do partido do governador, seja ela alta ou baixa.

Por fim, apresenta-se os municípios que corresponderam à coligação que elegeu o governador de estado, sendo assim, além daqueles que apresentam prefeito do mesmo partido do governador, os que possuem prefeitos dos partidos pertencentes a coligação vencedora na eleição estadual também foram considerados para a discussão da hipótese 2. Abaixo se apresenta o quadro demonstrativo dos casos válidos para as análises.

Quadro 3: Total de Municípios observados em cada ano eleitoral.

ANO	Total de municípios	Municípios que tem Governador e Prefeito do mesmo partido	Municípios que apresentam Prefeito de partido pertencente a coligação do Governador	Municípios que apresentam Prefeitos do mesmo partido do Governador e pertencendo à coligação
2000	5477	1403	1093	2496
2004	5562	1465	734	2061
2008	5563	1208	1255	2463
2012	5567	1071	1689	2760
2016	5563	1081	1719	2800

Fonte: organizado pela autora com base nos dados do TSE.

4.2.1 Classificação dos Municípios pelo Porte e Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Na realização do cruzamento dos dados para fornecimento das tabelas, criaram-se rótulos para o melhor entendimento no *software SPSS*, sendo assim há: Para verificação da incidência da taxa positiva ou não da legenda dos governadores na vitória em eleições municipais, rotulamos como “SIM” aqueles que apresentam correspondência de legenda entre governadores e prefeitos e “NÃO” para os casos

contrários; As coligações eleitorais na eleição para governador tiveram os rótulos de “PERTENCE À BASE” e “OPOSIÇÃO”.

Para a classificação do IDHM optou-se por não utilizar a classificação presente no site do PNUD, onde o índice é classificado como “MUITO ALTO”, “ALTO”, “MÉDIO”, “BAIXO” e “MUITO BAIXO”. Em classificação o rótulo “MUITO ALTO” agregou-se a “ALTO” e o “MUITO BAIXO” ao “BAIXO”, permanecendo somente três rótulos:

Quadro 4: Classificação do IDH Municipal utilizada na pesquisa.

CLASSIFICAÇÃO	IDHM
ALTO	0,800 – 1,000
MÉDIO	0,600 – 0,799
BAIXO	0,000 – 0,599

Fonte: organizado pela autora com base nos dados do IBGE 2016

As informações fornecidas sobre os portes municipais foram extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD) que além da classificação que se apresenta na tabela abaixo, consideram também uma classificação METRÓPOLE, a qual se optou por incluir dentro dos municípios de GRANDE PORTE e alterou-se a nomenclatura de PEQUENO PORTE I para MICRO (micro porte). Na organização dos dados, quando da classificação do município por seu porte, utilizaram-se rótulos com os seguintes nomes: Micro, Pequeno Porte, Médio Porte e por fim, Grande Porte.

Quadro 5: Classificação dos municípios por número de habitantes

Nº DE HABITANTES	PORTE DO MUNICÍPIO
Até 20.000	Micro Porte
20.001 a 50.000	Pequeno Porte
50.001 a 100.000	Médio Porte
Mais de 100.000	Grande Porte

Fonte: organizado pela autora com base nos dados do IBGE 2016

4.2.2 Partidos políticos que fizeram parte da análise

De maneira implícita há necessidade de explorar os partidos para enriquecimento das análises, sendo assim, não foram selecionados partidos específicos, como ocorre em outros trabalhos acadêmicos que acabam trabalhando somente com aqueles que apresentam uma representação expressiva dentro da

câmara dos deputados federais, pois se levou em conta o partido estar no poder do executivo estadual e obter vitória na eleição municipal. Após destacar-se os partidos governistas vitoriosos nas eleições municipais, levou-se em consideração as classificações oferecidas pela literatura sobre ideologia partidária no Brasil, o espectro direita-esquerda-centro.

Figueiredo e Limongi (1998), além da verificação do comportamento dos deputados respeitando o posicionamento do partido, representado pelo seu líder partidário, os autores também demonstraram que nas votações os partidos seguiam tendências ideológicas, ou seja, “quanto mais próximos ideologicamente os partidos, menor a probabilidade de seus líderes encaminharem votos conflitantes (p. 78)”. Dessa forma ofereceram uma classificação dos partidos em três blocos ideológicos: direita-centro-esquerda, em que os partidos se organizaram da seguinte forma: direita (PDS/PPR, PFL e PTB), centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PDT e PT).

Rodrigues (2002) oferece um critério de classificação ideológica dos partidos com base no “caráter de classe”. O autor fez uma análise político sociológica separando os parlamentares em categorias e subcategorias profissionais e ocupacionais, sendo assim concluiu sua classificação com base em duas variáveis: composição social das bancadas dos partidos e partidos focalizados no ângulo de suas bases sociais e regionais. Os partidos ficaram localizados da seguinte forma: Direita (PPB e PFL), Centro (PMDB e PSDB) e Esquerda (PDT e PT).

Levando em consideração essas ideias, Singer (2000), atentando para a percepção do eleitor em resposta ao comportamento partidário, aponta que no que diga respeito à visualização dos partidos, numa escala esquerda-direita, mesmo não tendo uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, boa parte do eleitorado consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar em acordo com esta localização.

Por fim, Carreirão (2006), observando as coligações nas eleições em Santa Catarina, em estudo prático em que verifica a consistência ideológica dos partidos que compuseram coligações nas eleições estaduais de 1986 a 2004, dentro da classificação direita-centro-esquerda-indefinidos, assim dispôs os partidos: Direita (PP [PPB, PPR, PDS], PFL/DEM, PRN, PDC, PL, PTB, PSC, PSP, PRP, PSL, PSD e

PRONA; Centro (PMDB e PSDB), Esquerda (PT, PDT, PPS, PC do B, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN e Indefinidos (PST, PHS, PTC, PT do B, PRTB, PSDC e PAN).

Utilizou-se a nomenclatura fornecida por Carreirão, como é possível notar no quadro 6 abaixo. Na medida em que alguns autores classificam os partidos, muitos não divergem quanto a classificação ideológica das principais legendas como PT, PSDB, DEM, PDT, PMDB, PC do B, a diferença é a existência de partidos não definidos, pois apresentam pouca ou nenhum posicionamento capaz de classificá-los e até pouco alcance no território nacional.

Quadro 6: Partidos Políticos analisados separados por bloco ideológico

IDEOLOGIA	PARTIDOS
Esquerda	PC do B, PDT, PPS, PSB, PT
Direita	PFL/DEM, PP, PR, PTB, PTN
Centro	PMDB, PSDB, PROS, PSD
Não Identificado	PSDC, PT do B, PTC

Fonte: organizado pela autora com base nos dados da Câmara dos Deputados

4.2.3 Teste Qui-Quadrado de Pearson e o Coeficiente de Contingência

A respeito da primeira hipótese, como se trabalha com amostras independentes e variáveis qualitativas, optou-se pelo Teste de Associação Qui-Quadrado de Pearson, pois permite testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas. Sendo assim, existirá associação entre duas variáveis se o conhecimento de uma altera a probabilidade de algum resultado da outra (BARBETTA, 2012). A equação matemática que corresponde ao teste em referência é a seguinte:

$$X^2 = \frac{\sum_{i=1}^{\ell} \sum_{j=1}^c (e_{ij} - n_{ij})^2}{e_{ij}},$$

Ao testar as hipóteses de um problema de pesquisa, utilizando o Teste Qui-Quadrado, é possível verificar se as diferenças entre as variáveis são significativas,

ou seja, se os dados mostram evidências suficientes para inferir que existem diferenças nas populações de onde eles foram extraídos. Desse modo, as hipóteses do teste em referência podem ser formuladas como:

H0: As duas variáveis são *independentes*

H1: Existe *associação* entre as duas variáveis

Da verificação da significância entre duas variáveis qualitativas, obtém-se uma probabilidade de significância:

Quando os dados levam a um χ^2 (qui-quadrado) grande (e, em consequência, um valor da probabilidade de significância pequeno), o teste rejeita H0, em favor de H1. Por outro lado, quando os dados observados levam a um χ^2 pequeno (e, em consequência, um valor da probabilidade de significância grande), o teste **não** rejeita H0, porque o valor calculado de χ^2 está condizente com a distribuição dos possíveis valores de qui-quadrado, construídas à luz de H0 (BARBETTA, p. 233, 2012).

Verificar a significância é dizer se as variáveis são ou não associadas e logo em seguida se faz necessário utilizar uma medida de associação para apontar *quanto* os dados das duas variáveis se mostram associadas. O coeficiente muito usado para medir o grau de associação é o *coeficiente de contingência*, que apresentará um intervalo de 0 a 1, sendo 1 somente quando houver associação perfeita, próximos de 1 descreverão uma *associação forte*, próximos de 0 *associação fraca* e valores em torno de 0,5 podem ser interpretados como *associação moderada*.

Quadro 7: Classificação do grau de associação encontrado pelo cálculo do Coeficiente de Contingência

Classificação da Associação	Valor do Coeficiente de Contingência
FORTE	Igual ou próximo de 1
MODERADA	Igual ou próximo de 0,5
FRACA	Igual ou próximo de 0

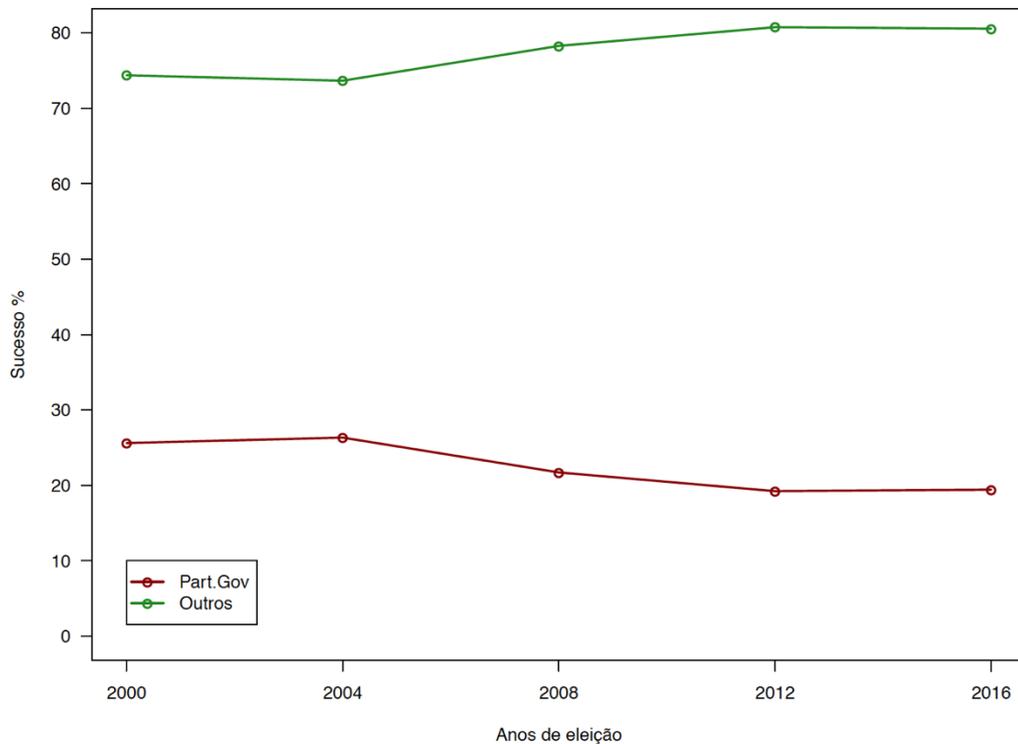
4.3. A Taxa de sucesso do partido do governador nos municípios considerados de Pequeno Porte e Baixo IDHM

As primeiras discussões a respeito das relações intergovernamentais na realidade brasileira passam pelo contexto de dependência entre os entes federativos. Como a literatura já expôs, no decorrer da história da política no Brasil, foi possível observar lutas de interesses entre líderes de estados e representantes da União. Aparentaram-se como os estados obtiveram independência absoluta e total influência em detrimento da importância dada a União, mas também houve o momento em que por meio da repartição dos tributos esta passou a ter mais recursos que os estados. Nessa realidade os municípios sempre se mantiveram em total dependência dos seus líderes locais, principalmente os de regiões mais pobres como Norte e Nordeste.

Mesmo com as alterações advindas da promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios ainda se encontram muito dependentes dos outros membros da federação, principalmente porque o Brasil em sua maioria é constituído de municípios de pequeno porte e socioeconomicamente vulneráveis, tanto que certas fontes de receitas municipais tem relação direta com transferências intergovernamentais, a exemplo do Fundo de Participação destinado a apoiá-los, transferências constitucionais, transferências legais, transferências do sistema único de saúde (SUS) e as transferências voluntárias (Andrade e Santos, 2015; Soares, 2012).

Nesse contexto em resposta à pergunta que norteia essa pesquisa, a taxa de sucesso do partido do governador nas eleições para prefeito, de acordo com a metodologia escolhida, apresenta variação entre 26% em 2000-2004 e 19% em 2012-2016, que de acordo com o Quadro 1 está classificada como *Baixa* (entre 10% e 40%).

Gráfico 1: Taxa de sucesso do partido do Governador nas eleições para Prefeito no Brasil.



Fonte: criado pela autora a partir de dados do site tse.jus.br

A vulnerabilidade socioeconômica de municípios de baixo IDHM se mostraria como um dos fatores preponderantes para haver transferências, somada à variável partidária (Soares, 2012), assim entende-se que a Taxa de sucesso do partido do governador estaria associada a municípios de pequeno porte e com baixo índice de desenvolvimento humano, pois os candidatos a prefeitos estariam interessados em manter alinhamento com governador de estado a fim de obter recursos para atender as demandas do município.

O teste Qui-Quadrado de Pearson apontou existência de associação entre as variáveis selecionadas (PORTE DO MUNICIPIO X IDHM), confirmando a hipótese H01, com grau de associação medido pelo Coeficiente de Contingência variando entre relações Baixas e Moderadas, a depender do ano eleitoral observado, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1: Grau de associação entre as variáveis qualitativas PORTE X IDHM.

Ano	Coefficiente de Contingência	Grau de associação
2000	0,364	Moderada
2004	0,217	Baixa
2008	0,241	Baixa
2012	0,277	Baixa
2016	0,398	Moderada

FONTE: Elaborado pela autora com base nos resultados gerados pelo cálculo do Coeficiente de Contingência no *software* SPSS.

Ademais a confirmação da hipótese, observou-se detalhes importantes que se apresentam como responsáveis da definição do grau de associação que existe entre as variáveis selecionadas. Detectou-se que o partido do governador concentra suas vitórias principalmente em prefeituras de até 20.000 habitantes, mas também nas que apresentam até 50.000 habitantes, que se manteve em todos os pleitos analisados nessa pesquisa, sendo uma variável chave para articulação do partido governista com a esfera local e uma característica da conexão partidária entre Estado e municípios, sendo uma hipótese explicativa para este fenômeno o fato de o familismo dominar a lógica local em pequenos municípios, em especial os da zona rural dos estados (SANTOS, 2013).

Além da predominância do partido do governador em municípios de micro e pequeno porte, a evolução da variável socioeconômica medida pelo IDHM parece ser responsável pela dissociação que vem ocorrendo entre variável geográfica x variável sociológica, pois a partir do ano de 2012 houve predominância de municípios de Médio IDHM em todo território nacional, o que acabou repercutindo no banco de dados voltado para aqueles municípios que tem prefeitos de mesmo partido que o governador. Ocorre que mesmo que em sua maioria os municípios atualmente sejam de médio IDHM, o partido governista poderia manter suas vitórias ainda em sua maioria nos municípios de baixo IDHM, porém se vê, de modo geral, a classificação progredir no sentido socioeconômico das características dos municípios, logo a taxa de sucesso demonstra estar deixando de ter uma relação direta com municípios

pobres, porém ressalta-se a absoluta predominância de municípios de micro (até 20.000 habitantes) e pequeno porte (até 50.000 habitantes).

Tabela 2: Porte Municipal x Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ANO PORTE	2000			2004			2008			2012			2016		
	IDHM BAIXO	IDHM MÉDIO	IDHM ALTO												
MICRO	84,20	0,1	0	61,4	21,6	0	58,2	22,2	0	21,9	53,1	0,1	22,8	52,5	0,2
PEQUENO	9,60	0	0	7,2	4,8	0	7,4	5,5	0	3,4	12,4	0	3,3	12,4	0,1
MÉDIO	3,30	0	0	1	1,5	0	1,2	3,1	0	0	5	0,3	0,1	4,2	0,4
GRANDE	2,30	0,5	0	0,5	1,8	0	0,7	1,7	0	0	3,5	0,3	0	3	1

FONTE: Elaborado a partir de dados coletados no Site do *tse.jus.br* que foram testados pelo teste Qui-Quadrado de Pearson no *software* SPSS.

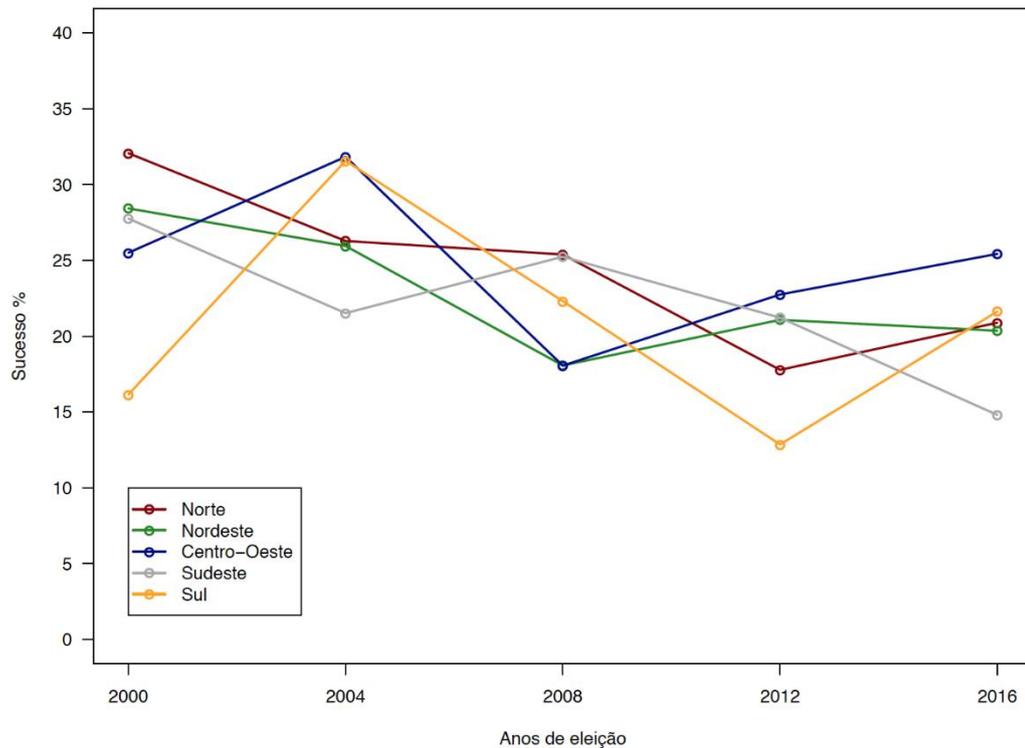
4.3.1 A Taxa de Sucesso entre as regiões do Brasil e os partidos políticos

A discussão travada sobre as características dos municípios que apresentam prefeitos de mesmo partido que o governado certamente tem repercussão a nível regional, principalmente porque se acredita que regiões mais pobres teriam correspondência direta com o sucesso da legenda governista, sendo assim, vejamos as taxas de sucesso regionais durante os pleitos analisados ilustradas no Gráfico 3: Na eleição municipal de 2000 norte e nordeste apresentaram maiores taxas de sucesso, confirmando a colocação da literatura, porém quando verificamos os demais pleitos, a realidade parece diversa do que considera-se óbvio: em 2004 centro-oeste e sudeste apresentaram as maiores taxas; Em 2008 norte e sudeste apresentam as maiores taxas; Em 2012 centro-oeste e sudeste apresentam maiores taxas; Em 2016 centro-oeste e sudeste apresentam as maiores taxas. As diferentes combinações ressaltam que não há como afirmar a existência de correspondência exata entre aumento do sucesso do partido do governador nas eleições para prefeito nas regiões somente mais pobres porque em alguns pleitos encontramos as regiões Sul e Sudeste com taxas de sucesso superiores as regiões mais vulneráveis socioeconomicamente.

Seria errado continuar afirmando que é óbvia a predominância do partido do governador no nordeste por ser uma região pobre. De fato, mesmo pela análise dos dados, o nordeste se destaca, porém o que explicaria então o sudeste também se

destacar, já que é a região mais rica e desenvolvida do país? Essa questão se respondeu na discussão da hipótese 1, pois o que definiu o sucesso da legenda do governador nessas regiões foi o fato delas concentrarem o maior número de micro e pequenos municípios do país, ou seja não há relação entre município/região pobre e preponderância do partido do governador.

Gráfico 2: Taxa de Sucesso do partido do Governador entre as Regiões Brasileiras



FONTE: Elaborado a partir de dados coletados no site tse.jus.br.

Entre os estados brasileiros, ao aplicar-se a metodologia proposta quanto a classificação da taxa de sucesso com base no quadro 1, verifica-se a predominância da classificação *Baixa*, possível ser conferida nas informações da tabela 3 mais especificamente na coluna intitulada P.G (Partido do Governador), algo que o gráfico 1 já demonstrou, porém de maneira agregada. Nota-se também a existência de outras classificações em meio a preponderância da baixa classificação. As taxas *Insignificantes* surgem sempre associadas a partidos de esquerda, como PT, PPS e PSB, principalmente a partir de 2012, salvo exceções como no estado do Acre onde

o Partido dos Trabalhadores apresentou taxas *Moderadas* nas eleições de 2004 e 2008.

O sucesso individual insignificante das legendas da esquerda certamente está associada a preferência da elite política local, que em sua maioria é formada por ricos familiar da zona rural, em se filiar e apoiar partidos de centro ou direita, principalmente nos menores municípios, que são justamente os que apresentam relação direta de articulação com o partido do governador, pois a luta da esquerda está associada aos movimentos sociais e redistribuição de renda, o que não se mostra condizente com a origem da elite política desses pequenos municípios.

Sendo assim, quando as exceções estão relacionadas a taxas moderadas, nota-se que as legendas de destaque são de centro e dependendo do ano eleitoral, observa-se o PFL/DEM com taxa moderada no estado do Tocantins antes de iniciar a queda de suas conquistas no cenário local, pois no decorrer dos pleitos os Democratas praticamente desapareceram em meio aos dados, inclusive apresentando taxa insignificante em 2012 no estado de Santa Catarina.

TABELA 3: Classificação das Taxas de Sucesso do Partido do Governador individual (P.G) em relação a da Coligação que o elegeu (Col. G) nos estados brasileiros.

REGIÃO	ANO	2000				2004				2008				2012				2016			
		UF	P.G	Classif. Txa.	Col.G	Classif. Txa.	P.G	Classif. Txa.	Col.G	Classif. Txa.	P.G	Classif. Txa.	Col.G	Classif. Txa.	P.G	Classif. Txa.	Col.G	Classif. Txa.	P.G	Classif. Txa.	Col.G
NORTE	AC	31,8	Baixa	45,5	Moderada	45,5	Moderada	59,1	Moderada	54,5	Moderada	72,7	Alta	27,3	Baixa	45,5	Moderada	18,2	Baixa	45,5	Moderada
	AP	31,3	Baixa	31,2	Baixa	31,3	Baixa	56,2	Moderada	25	Baixa	62,5	Alta	18,8	Baixa	37,5	Baixa	6,3	Insignificante	25	Baixa
	AM	29	Baixa	95,2	Muito Alta	35,5	Baixa	53,2	Moderada	38,7	Baixa	51,6	Moderada	0	Insignificante	40,3	Moderada	22,6	Baixa	51,6	Moderada
	PA	32,2	Baixa	49	Moderada	32,9	Baixa	40,6	Moderada	18,9	Baixa	22,4	Baixa	22,2	Baixa	31,2	Baixa	22,9	Baixa	41,7	Moderada
	RO	21,2	Baixa	21,2	Baixa	19,2	Baixa	19,2	Baixa	1,9	Insignificante	25	Baixa	28,8	Baixa	32,7	Baixa	26,9	Baixa	55,8	Moderada
	RR	6,7	Insignificante	26,7	Baixa	0	Insignificante	40	Moderada	53,3	Moderada	60	Alta	26,7	Baixa	60	Alta	6,7	Insignificante	6,7	Insignificante
	TO	40,3	Moderada	61,2	Alta	17,3	Baixa	36,7	Baixa	27,3	Baixa	47,5	Moderada	14,4	Baixa	36	Baixa	19,4	Baixa	49,6	Moderada
NORDESTE	AL	12,7	Baixa	24,5	Baixa	21,6	Baixa	22,5	Baixa	12,7	Baixa	33,3	Baixa	18,6	Baixa	45,1	Moderada	37,3	Baixa	53,9	Moderada
	BA	30	Baixa	77	Alta	36,7	Baixa	37,9	Baixa	15,8	Baixa	53,2	Moderada	22,3	Baixa	56,1	Moderada	9,1	Insignificante	57,8	Moderada
	CE	45,1	Moderada	77,7	Alta	38	Baixa	40,2	Moderada	12	Baixa	56	Moderada	22,3	Baixa	65,8	Alta	8,2	Insignificante	66,8	Alta
	MA	0	Insignificante	69,9	Alta	24,9	Baixa	54,8	Moderada	29,5	Baixa	31,3	Baixa	21,7	Baixa	75,1	Muito Alta	21,2	Baixa	64,1	Alta
	PB	37,2	Baixa	91	Muito Alta	19,3	Baixa	39,5	Baixa	18,4	Baixa	51,1	Moderada	14,8	Baixa	42,2	Moderada	23,8	Baixa	40	Moderada
	PE	23,9	Baixa	51,6	Moderada	22,3	Baixa	59,8	Moderada	26,1	Baixa	33,2	Baixa	31,5	Baixa	72,3	Muito Alta	37,5	Baixa	82,6	Muito Alta
	PI	29,3	Baixa	29,7	Baixa	3,1	Baixa	10,3	Baixa	8,5	Insignificante	26,8	Baixa	24,6	Baixa	51,3	Moderada	17	Baixa	49,6	Moderada
	RN	32,9	Baixa	35,9	Baixa	28,7	Baixa	28,7	Baixa	26,3	Baixa	38,9	Baixa	14,4	Baixa	21	Baixa	31,1	Baixa	37,7	Baixa
	SE	28	Baixa	64	Alta	36	Baixa	52	Moderada	9,3	Insignificante	50,7	Moderada	10,7	Baixa	53,3	Moderada	21,3	Baixa	56	Moderada
CENTRO-OESTE	GO	24,8	Baixa	42,3	Moderada	35,4	Moderada	43,1	Moderada	19,5	Baixa	48,4	Moderada	21,5	Baixa	50,8	Moderada	30,9	Baixa	70,3	Muito Alta
	MT	38,8	Baixa	39,6	Baixa	30,5	Baixa	46,1	Moderada	5,7	Insignificante	56,7	Moderada	20,6	Baixa	44	Moderada	4,3	Insignificante	59,3	Moderada
	MS	0	Insignificante	0	Insignificante	23,1	Baixa	37,2	Baixa	35,9	Moderada	57,7	Moderada	30,4	Baixa	73,4	Muito Alta	46,2	Moderada	52,6	Moderada
SUDESTE	ES	24,4	Baixa	46,2	Moderada	16,7	Baixa	20,5	Baixa	28,2	Baixa	55,1	Moderada	28,2	Baixa	73,1	Muito Alta	21,8	Baixa	55,1	Moderada
	MG	27,2	Baixa	38,7	Baixa	17,6	Baixa	33,6	Baixa	18,5	Baixa	51,1	Moderada	16,1	Baixa	57,9	Moderada	4,8	Insignificante	28,7	Baixa

	RJ	37	Baixa	46,7	Moderada	2,2	Insignificante	7,6	Insignificante	39,1	Baixa	60,9	Alta	26,1	Baixa	75	Muito Alta	22,8	Baixa	66,3	Alta
	SP	27,6	Baixa	40,8	Moderada	30,1	Baixa	41,6	Moderada	31,8	Baixa	57,4	Moderada	26,5	Baixa	51,6	Moderada	26	Baixa	51,2	Moderada
	PR	21,1	Baixa	40,9	Moderada	30,6	Baixa	30,6	Baixa	34,1	Baixa	35,1	Baixa	19	Baixa	46,6	Moderada	16,5	Baixa	67,4	Alta
SUL	RS	7	Insignificante	8,5	Insignificante	27,6	Baixa	31,5	Baixa	3,8	Insignificante	7,5	Insignificante	14,5	Baixa	18,3	Baixa	26,4	Baixa	32,9	Baixa
	SC	24,9	Baixa	52,2	Moderada	39,6	Baixa	48,8	Moderada	37,5	Baixa	66,2	Alta	1,7	Insignificante	48,1	Moderada	20,5	Baixa	60,4	Alta

FONTE: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do TSE..

Observando o espectro direita-centro-esquerda, os partidos que sempre se destacaram estão localizados no centro, como PSDB e PMDB. As maiores taxas de sucesso e a classificação dos municípios sob a influência dos dois partidos mencionados é variável no decorrer dos pleitos municipais. Em 2000 e 2004, por exemplo, PSDB apresentou prefeituras predominantemente de IDHM baixo e micro porte, porém com tendência de mudança significativa para predominância de municípios com médio IDHM. Sendo assim, a partir de 2012, os municípios sob a influência de prefeitos do PSDB que pertencia a um estado governado por esse mesmo partido eram significativamente de médio IDHM e de micro e pequeno porte.

Em relação aos partidos localizados no espectro da esquerda brasileira, o PT apresenta-se como um grande partido no Brasil que em 2002 conquistou a presidência da república com Luís Inácio “Lula” da Silva, permanecendo o partido no poder até 2016, ano em que houve Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Ocorre que nas análises, o partido sempre apresentou e ainda apresenta taxas numericamente baixas e classificadas como *Insignificantes*, ou seja, quando conquista o governo estadual apresenta dificuldade em conquistar prefeituras na eleição municipal. As taxas se apresentam baixas não só em eleições mais antigas, pois há casos, como no Ceará e Minas Gerais em que o partido dos trabalhadores apresentou taxas de 8,2% e 4,8%, respectivamente, na eleição de 2016. Além do PT, partidos de esquerda (PSB, PPS, PDT) no geral apresentam taxas de sucesso significativamente menores se comparado com os partidos de centro, demonstrando que a esquerda brasileira apresenta dificuldade de vitórias nas eleições majoritárias municipais, desconsiderando a coligação, mesmo com o domínio da máquina pública estadual, indicando que o familismo que controla os pequenos municípios está diretamente associado aos partidos de centro em todos os pleitos e também à direita quando nos pleitos de 2000 e 2004, representadas pelo PFL/DEM.

Mesmo partidos de direita sendo pouco frequente, o PFL/DEM obteve altas taxas de sucesso nas eleições mais antigas como de 2000 e 2004, porém vem apresentando queda contínua no decorrer das eleições, possuindo poucas prefeituras em seu poder, assim como sua representação na Câmara Federal é cada vez menor. Entre os estados selecionados, alguns apresentam o DEM no poder do governo do estado e quando passamos a observar o sucesso da sigla na eleição municipal, nos

deparamos com taxas baixíssimas de sucesso como no estado do Rio Grande do Norte, onde obtive 14,4% de sucesso na eleição de 2012 e 1,7% em Santa Catarina na mesma eleição. Essas informações podem conferir na tabela a seguir:

TABELA 4: Taxa de Sucesso (%) dos Partidos Políticos entre os Estados e Regiões do Brasil.

REGIÃO	ANO	2000			2004			2008			2012			2016		
	UF	PARTIDO.	P.G	Col.G	PARTIDO	P.G	Col.G									
NORTE	AC	PT	31,8	45,5	PT	45,5	59,1	PT	54,5	72,7	PT	27,3	45,5	PT	18,2	45,5
	AP	PSB	31,3	31,2	PDT	31,3	56,2	PDT	25	62,5	PSB	18,8	37,5	PDT	6,3	25
	AM	PFL	29	95,2	PPS	35,5	53,2	PMDB	38,7	51,6	PMN	0	40,3	PROS	22,6	51,6
	PA	PSDB	32,2	49	PSDB	32,9	40,6	PT	18,9	22,4	PSDB	22,2	31,2	PSDB	22,9	41,7
	RO	PFL	21,2	21,2	PSDB	19,2	19,2	PSDB	1,9	25	PMDB	28,8	32,7	PMDB	26,9	55,8
	RR	PPB	6,7	26,7	PSL	0	40	PPS	53,3	60	PSDB	26,7	60	PP	6,7	6,7
	TO	PFL	40,3	61,2	PFL	17,3	36,7	PMDB	27,3	47,5	PSDB	14,4	36	PMDB	19,4	49,6
NORDESTE	AL	PSB	12,7	24,5	PSB	21,6	22,5	PSDB	12,7	33,3	PSDB	18,6	45,1	PMDB	37,3	53,9
	BA	PFL	30	77	PFL	36,7	37,9	PT	15,8	53,2	PT	22,3	56,1	PT	9,1	57,8
	CE	PSDB	45,1	77,7	PSDB	38	40,2	PSB	12	56	PSB	22,3	65,8	PT	8,2	66,8
	MA	PFL	0	69,9	PFL	24,9	54,8	PDT	29,5	31,3	PMDB	21,7	75,1	PC do B	21,2	64,1
	PB	PMDB	37,2	91	PSDB	19,3	39,5	PSDB	18,4	51,1	PSB	14,8	42,2	PSB	23,8	40
	PE	PMDB	23,9	51,6	PMDB	22,3	59,8	PMDB	26,1	33,2	PSB	31,5	72,3	PSB	37,5	82,6
	PI	PFL	29,3	29,7	PT	3,1	10,3	PSB	8,5	26,8	PSB	24,6	51,3	PT	17	49,6
	RN	PMDB	32,9	35,9	PSB	28,7	28,7	PSB	26,3	38,9	DEM	14,4	21	PSD	31,1	37,7
	SE	PSDB	28	64	PFL	36	52	PSDB	9,3	50,7	PT	10,7	53,3	PMDB	21,3	56
CENTRO-OESTE	GO	PSDB	24,8	42,3	PSDB	35,4	43,1	PP	19,5	48,4	PSDB	21,5	50,8	PSDB	30,9	70,3
	MT	PSDB	38,8	39,6	PPS	30,5	46,1	PSDB	5,7	56,7	PMDB	20,6	44	PDT	4,3	59,3
	MS	PT	0	0	PT	23,1	37,2	PMDB	35,9	57,7	PMDB	30,4	73,4	PSDB	46,2	52,6
SUDESTE	ES	PSDB	24,4	46,2	PSB	16,7	20,5	PMDB	28,2	55,1	PSB	28,2	73,1	PMDB	21,8	55,1
	MG	PMDB	27,2	38,7	PSDB	17,6	33,6	PPS	18,5	51,1	PSDB	16,1	57,9	PT	4,8	28,7
	RJ	PDT	37	46,7	PSB	2,2	7,6	PMDB	39,1	60,9	PMDB	26,1	75	PMDB	22,8	66,3
	SP	PSDB	27,6	40,8	PSDB	30,1	41,6	PT	31,8	57,4	PSDB	26,5	51,6	PSDB	26	51,2

SUL	PR	PFL	21,1	40,9	PMDB	30,6	30,6	PT	34,1	35,1	PSDB	19	46,6	PSDB	16,5	67,4
	RS	PT	7	8,5	PMDB	27,6	31,5	PSDB	3,8	7,5	PT	14,5	18,3	PMDB	26,4	32,9
	SC	PPB	24,9	52,2	PMDB	39,6	48,8	PMDB	37,5	66,2	DEM	1,7	48,1	PSD	20,5	60,4

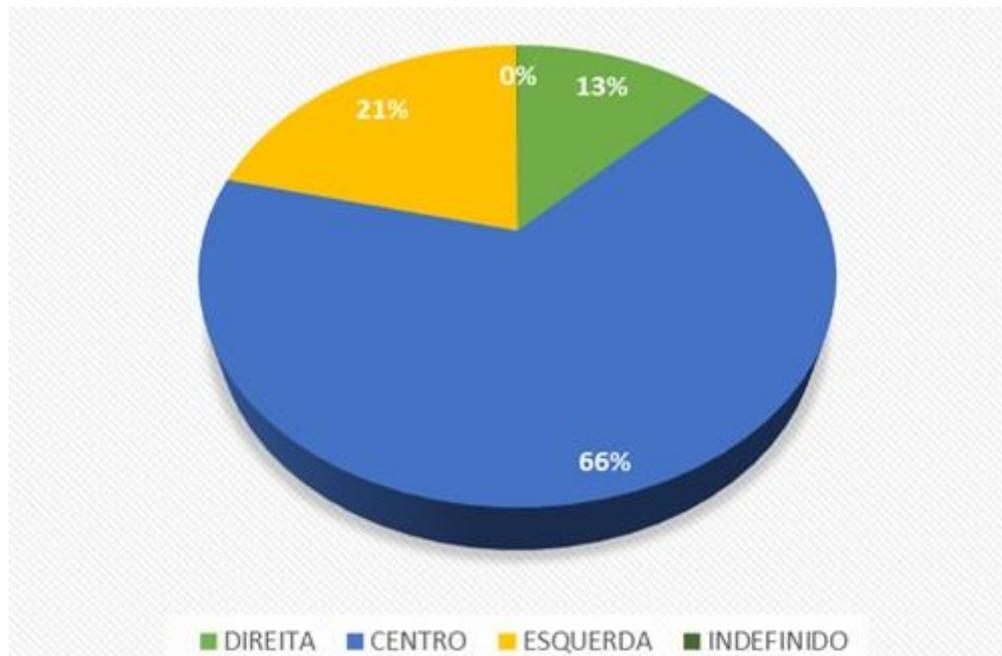
FONTE: Tabela elaborada pela autora com dados coletados no tse.jus.br.

Durante o período estudado, os partidos políticos apresentaram o seguinte comportamento: Em 2000 e 2004 o PFL se destacou ao lado de PMDB e PSDB no número de vitórias conquistadas. Já em 2008 o PT, assume a terceira colocação no número de municípios conquistados pela mesma legenda do governador de estado. Em 2012 há um fato curioso: PMDB cai de posição, pois duas legendas denominadas de esquerda, PT e PSB, emergiram com taxas de sucesso mais expressivas.

O PT já vinha crescendo desde 2008, porém o PSB demonstra um desempenho *sui generis* na eleição para 2012 que inclusive a literatura fez questão de destacar. Tanto Kerbauy (2013), que utilizou dados referentes a eleição de 2012, quanto Lavareda e Telles (2011), que trabalharam com eleições de 2008, chamaram atenção para o fato do PSB ter aumentado significativamente sua taxa de sucesso, em especial no nordeste (no caso os autores falam de modo geral) devido a avaliação positiva de Eduardo Campos como governador de Pernambuco e líder nacional do partido. O crescimento do PT estaria associado ao fato do partido estar à frente da presidência da república (Santos, 2013) e comandar uma política distributivista e assim ampliou seu desempenho nas eleições (2004 a 2008) em municípios de micro e pequeno porte, sendo verdade o mesmo para seus parceiros políticos, como o PSB, que conta também com esse detalhe como uma razão para seu desempenho a partir da eleição de 2008. Por fim, nas eleições de 2016 PMDB volta a se destacar junto com PSDB e PT.

Por fim apresenta-se pelo gráfico abaixo que de modo geral PMDB e PSDB, dois partidos de centro, se destacam quando verificamos municípios que apresentam prefeitos com mesma sigla do governado do estado a que pertencem, de maneira agregada correspondentes aos pleitos de 2000 – 2004 – 2008 – 2012 - 2016.

Gráfico 3: Frequência de sucesso geral dos Partidos Políticos com base na ideologia partidária.



FONTE: Elaborado a partir de dados coletados no site tse.jus.br.

4.5 A taxa de sucesso da coligação de apoio ao Governador

Um detalhe que não podemos deixar de levar em consideração é a existência de coligações eleitorais no Brasil. Coligados os partidos se transformam em um único ao concorrerem em uma eleição, sendo a característica primordial dentro do sistema eleitoral brasileiro que garante a pequenos partidos a oportunidade de conseguirem um lugar no poder legislativo.

As coligações se apresentam como uma ferramenta importante dentro da articulação política entre os partidos em todos os níveis da federação. A dificuldade de enraizamento na sociedade torna-se superável quando partidos resolvem coligar-se para concorrer a uma eleição.

Em nível de competição pelo poder executivo, os partidos unem-se para eleger seu candidato, sempre contando com os redutos eleitorais que cada político tem garantido. Os redutos são características e reflexos do nosso sistema eleitoral proporcional e de lista aberta, pois um candidato não precisa obter voto necessariamente em cada extremidade do colégio eleitoral, mas apenas conseguir o mínimo que garanta sua vitória. Dessa maneira as coligações que englobam o candidato ao cargo majoritário e apoio bilateral entre os partidos e candidatos ao legislativo são instrumentos que garantem a busca por votos e a facilidade de obter vitória nas eleições.

Como já foi mencionado, ao verificando os dados, a taxa de sucesso do partido do governador, individualmente, apresenta-se entre 19% a 26% levando em consideração todos os municípios nos pleitos de 2000-2004-2008-2012-2016, demonstrando a influência do governador na eleição para prefeito nos municípios que compõe o território estadual.

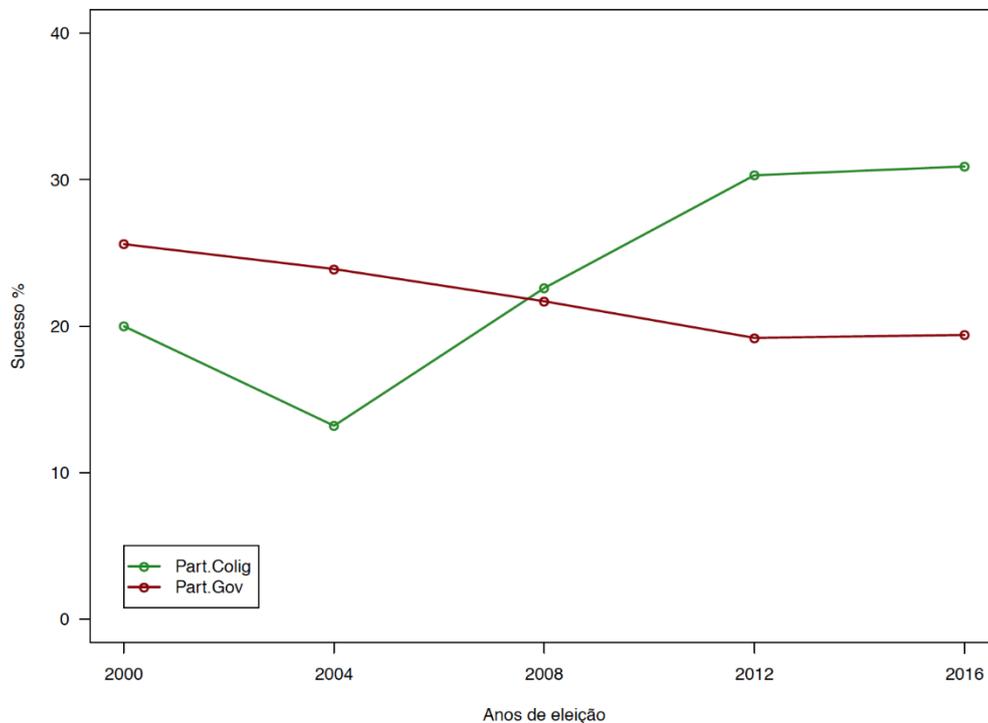
Com base no entendimento da literatura e dos reflexos do sistema eleitoral brasileiro, o desempenho dos partidos políticos que compuseram a coligação eleitoral que elegeu os governadores nos 26 estados brasileiros em 2000-2004-2008-2012-2016 apresenta-se importante. A segunda hipótese de pesquisa, dessa maneira, gira em torno da ideia de que os partidos que participaram da coligação do governador a época de sua eleição apresentaram taxas significativas de sucesso elevando a

influência do Governador entre os municípios, remetendo a ideia de que os governadores não devem se expor usando a máquina administrativa para beneficiar seu partido com mais intensidade. A coligação se apresenta como mecanismo fundamental de maximização das vitórias eleitorais, sendo assim não só o governador investe em suas alianças como os partidos coligados exigem participação equânime na distribuição dos benefícios da patronagem, daí o partido do governador não obter resultados mais expressivos.

De modo geral, com base no Gráfico 4, no decorrer das eleições analisadas, em especial a partir de 2008, os partidos que foram coligados com o partido do candidato vencedor da eleição para governador vem aumentando consideravelmente suas influências dentro do território nacional, haja vista que antes de 2008 a taxa de sucesso apenas do partido governista apresentou-se bem maior nos anos de 2000 e 2004.

Diversos fatores podem estar associados a esta inversão de importância no plano subnacional, inclusive, como se destacou, a literatura mais recente vem apontando o alinhamento com governo federal como um fator mais interessante aos municípios em detrimento do poder do governador, aumentando a importância em fazer alianças que conseqüentemente eleva o aumento do número de prefeituras conquistadas por partidos diversos ao do governador de estado, porém nesse caso, partidos que foram/são seus aliados nas eleições.

Gráfico 4: Taxa de Sucesso dos Partidos Coligados em relação a do Partido do Governador.



FONTE: Elaborado a partir de dados coletados no site *tse.jus.br*

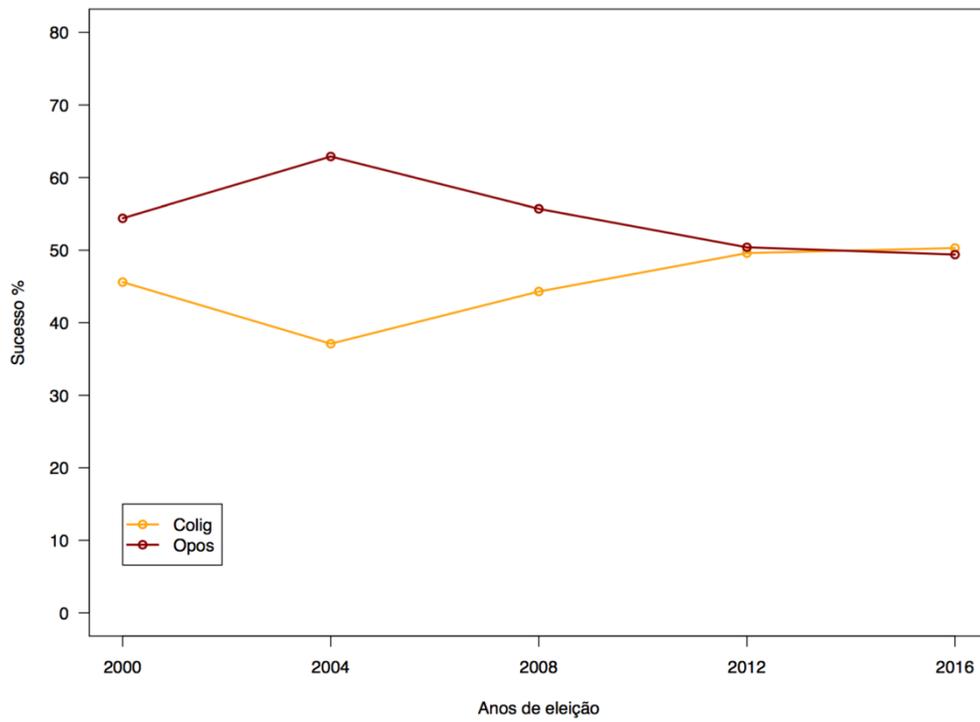
A literatura já apresentou como os partidos optam por fazerem aliança a fim de maximizar suas vitórias nas eleições (Lima Jr, 1983), assim como a nível subnacional se organizam em torno da legenda do governador do estado (Mizuca, 2007). Dessa maneira, os dados apontam para o fato de que no Brasil, a projeção da aliança vencedora com o partido do governador na eleição dos prefeitos apresenta dominância quase absoluta, sendo apontado no gráfico 5 que a taxa de sucesso do partido governante quando somada a taxa dos demais partidos que compuseram sua coligação tem aumento considerável, indicando, inclusive o que já havia sido mencionado no parágrafo anterior sobre a importância da coligação no cenário atual.

Levando em consideração os 26 estados nos 5 pleitos analisados na pesquisa, com base na tabela 11, são 130 eleições no total, mais de 56% dos estados ampliam a taxa de sucesso do governador para igual ou maior que 50%, sendo que dentre estes, 10 estados conseguiram que partidos aliados conseguissem elevar suas vitórias para mais de 70%, sendo eles: Acre em 2008 (54,5% para 72,7%); Amazonas em 2000

(29% para 95,2%); Bahia em 2000 (de 30% para 77%); Ceará em 2000 (de 45,1% para 77,7%); Espírito Santo em 2012 (de 28,2% para 73,1%); Goiás em 2016 (de 30,9% para 70,3%); Maranhão em 2012 (de 21,7% para 75,1%); Mato Grosso do Sul em 2012 (30,4% para 73,4%); Pernambuco em 2012 (31,5% para 72,3%) e 2016 (37,5% para 82,6%); Rio de Janeiro em 2012 (26,1% para 75%).

Em apenas 6 casos a taxa de sucesso dos estados não se eleva quando somados partido do governador e coligados, sendo Mato Grosso do Sul em 2000 (que apresentou 0,0% tanto para taxa do partido do governador, quanto para coligação que o elegeu); Paraná em 2004 (apresentou taxas iguais de 30,6% para as duas categorias); Rio Grande do Norte em 2004 (apresentou 28,7% para as duas categorias); Rondônia em 2000 e 2004 (em 2000 apresentou taxa de 21,2% para as duas categorias e em 2004 apresentou 19,2% para das duas categorias). Uma hipótese para os casos em que a taxa de sucesso da coligação não ultrapassa muito a do partido do governador, ou não a altera, é a presença forte da oposição, um argumento levantado pela literatura que afirma que nos estados os partidos se organizam em torno da legenda do governador formando um bloco de situação e outro de oposição (ABRUCIO, 1997; MIZUCA,2007).

Em complementação a consideração feita com observação do gráfico 4 de que os partidos coligados superaram a taxa de sucesso do partido do governador, observando o gráfico 5, a partir de 2008 o Brasil parece dividir os resultados municipais em Partidos que elegeram o governador e Partidos opositoristas, uma característica que predomina na literatura clássica sobre o tema, em Abrucio (1997) e constatado por Mizuca (2007).

Gráfico 5: Taxa de Sucesso da Coligação do Governador em relação a da Oposição.

FONTE: Elaborado a partir de dados coletados no site *tse.jus.br*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou reunir dados que pudessem apresentar para a comunidade acadêmica como se apresenta a taxa de sucesso do partido do governador nas eleições dos prefeitos nos anos 2000 – 2004 – 2008 – 2012 – 2016.

Para tanto, levou-se em considerações fatores de ordem socioeconômica definidos pelo IDHm (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e Porte Municipal, ambas classificações fornecidas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, presente no site do PNUD, além da verificação da interferência positiva das coligações na taxa de sucesso do partido do governador.

Levando em consideração o resgate da história política brasileira no que diga respeito às relações intergovernamentais no federalismo, definidoras do contexto do federalismo atual, juntamente como desenho institucional vigente (Sistema eleitoral de lista aberta, voto personalizado e não coincidências dos ciclos eleitorais), a literatura clássica (representada principalmente por Abrucio) sobre o tema apresentou como os governadores são protagonistas no cenário subnacional por comandarem a máquina pública estadual, se mostrando como um atrativo aos prefeitos por conta da vulnerabilidade socioeconômica presente na maioria dos municípios.

Estudos mais recentes apresentam que desde a ascensão do PT a presidência da república, o alinhamento político vem obedecendo a uma lógica nacional (Borges, 2010), porém mesmo assim ainda apresentam modelos em suas análises que apontaram a existência de influência do partido do governador dentro dos municípios quando as duas esferas apresentam alinhamento pelo mesmo partido (Vieira e Avatre, 2008; Almeida e Carneiro, 2008; Lavareda e Telles, 2011; Santos, 2013; Soares, Terron e Alkmin, 2016).

Utilizando como apoio a literatura tradicional, assim como os indícios da lógica tradicional mesmo na literatura atual que busca desconstruir a ideia do alinhamento das prefeituras com o governo estadual, houve a proposta de verificação da taxa de sucesso do partido do governador, se apresenta-se mais alta em municípios pequeno e de maior vulnerabilidade econômica, hipótese esta que predomina no censo comum e confirmada pela literatura clássica, porém analisada à luz do contexto político

institucional das eleições de 2000-2016. Também se apresentou uma segunda hipótese de pesquisa que leva em consideração a ampliação da taxa de sucesso do governador que levando em conta a coligação que o elegeu na eleição estadual dois anos antes à eleição para prefeito.

A metodologia selecionada foi o teste estatístico Qui-Quadrado de Pearson, utilizado para apresentar a existência ou não de associação entre duas variáveis qualitativas, muito presente nas ciências sociais. Além do teste para confirmação da hipótese, apresentou-se o coeficiente de contingência como medidor do grau de associação entre as variáveis. A análise estatística descrita foi aplicada especialmente na hipótese 1, sendo a hipótese 2 verificada por gráficos e tabelas construídos pelos autores com a utilização de dados coletados nos sites do TSE e PNUD.

Os resultados encontrados demonstram que a taxa de sucesso do partido do governador vem diminuindo, apresentando a média entre os estados máxima de 26% em 2004, chegando a pouco mais de 19% em 2016, e que partidos de centro possuem maior número de prefeituras conquistadas dentro da porcentagem correspondente à taxa de sucesso do partido do governador, sendo que PMDB e PSDB não só apresentam mais vitórias como as taxas mais altas frequentemente correspondem a prefeituras conquistadas por eles.

Os partidos de esquerda apresentam maiores dificuldades de inserção no cenário municipal, conseqüentemente também apresentam as taxas menores, porém, em verificação de casos específicos selecionados para análise mais detalhada (Acre e Amapá) de alta taxa de sucesso e domínio de partidos de esquerda, apresentaram-se em estados da região norte com poucos municípios; baixo/médio IDHM e maioria predominantemente de micro porte. O PFL/DEM era a legenda da direita brasileira que mais se destacou, porém durante 2000-2016 suas conquistas diminuíram consideravelmente em consonância até com a queda de representantes no congresso nacional. Em consideração a esse contexto, a direita apresentou pouco destaque nas análises.

A Hipótese 1 foi confirmada, sendo assim a taxa de sucesso do partido do governador é maior entre municípios de pequeno porte (micro e pequeno porte na classificação escolhida na metodologia) e baixo IDHM, apresentando grau de

associação baixo ou moderado, dependendo da eleição. Um detalhe curioso foi que a taxa de sucesso entre municípios de IDHm médio aumentou no decorrer dos pleitos analisados, levando em consideração, inclusive, todos os portes municipais, sendo assim o fator socioeconômico aparece de maneira pouco determinante se compararmos eleição de 2016 com a de 2000. A variável que permaneceu constante foi o sucesso do partido do governador ser predominante em municípios de micro e pequeno porte, nos levando a descartar a variável socioeconômica como fator determinante de conexão entre Estado e municípios, ao passo que se afirma que a variável demográfica está diretamente associada à taxa de sucesso do governador nos estados e regiões do Brasil.

Ainda levando em consideração o contexto das discussões com base na hipótese 1, PMDB e PSDB predominam em municípios de médio IDHM. Em relação aos partidos da Esquerda: PT apresenta maiores taxas entre municípios de médio IDHM, já as demais siglas aparecem com frequência em municípios de baixo IDHM, com exceção do PSB em 2012 que apresentou taxas mais altas entre municípios de médio IDHM. DEM/PFL, como representante do bloco da Direita, até 2004 apresentou maiores taxas de sucesso entre municípios de baixo IDHM, após, nos poucos municípios que conseguiu representação, a maioria deles apresentou IDHM médio.

Em consideração a Hipótese 2, as coligações apresentam papel fundamental na projeção da taxa de sucesso do partido do governador entre as prefeituras nos pleitos municipais. Os dados apresentam que atualmente elas são responsáveis pela manutenção de prefeituras em número quase que igual se comparado com a soma das demais sob a influência dos partidos de fora da coligação do governador.

Com a queda da taxa de sucesso do partido governista no decorrer dos pleitos analisados, observou-se o aumento da importância das coligações na manutenção da conexão entre as esferas subnacionais de governo. Esta é uma ilustração do multipartidarismo no Brasil e alta fragmentação partidária definidores da necessidade cada vez maior dos partidos em formarem alianças para maximizarem seus ganhos eleitorais e ampliarem suas representações nos estados e municípios brasileiros, levando o governador de estado à preferência em manter suas alianças em detrimento de manter recursos direcionados apenas para seu próprio partido.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRUCIO, F. L. **Os Barões da Federação**. São Paulo, Hucitec, 1998.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de; SANTOS, Manoel Leonardo. **O Município na Política Brasileira: Revisitando *Coronelismo, enxada e voto***. In : AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Ranking – Todo Brasil (2010)** [online]. Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>>

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Ed da UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

BORGES, André. **Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 120-157, maio/ago. 2010.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Editora Vozes em cooperação com o CNPQ, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1984

CARNEIRO, Leandro Piquet & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Definindo a arena política local: Sistemas partidários municipais na federação brasileira**. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, V. 51, nº 2, p. 403-432, 2008

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 136-163, Abril/Maio, 2006.

DANTAS, Humberto. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP, 2007.

DOWNS, Anthony. ***An Economic Theory of Democracy***, Harper and Row Publishers, Nova York, 1957.

FIGUEIREDO. A; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Poder Local, do Coronelismo ao Populismo, Um Estudo de Caso**- Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Carlos, SP, 1979.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; SILVA, Bruno Souza da. **Padrões Regionais de Votação nas Eleições Municipais Brasileiras**. VII Congresso Latino-Americano de Ciência Política - ALACIP, Bogotá, 2013.

LAVAREDA, Antônio. **Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

_____.& TELLES, Helcimara (orgs.). **Como o eleitor escolhe seu prefeito: Campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto (O Município e o Regime Representativo no Brasil)**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**; tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NICOLAU, Jairo César Marconi. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, André Marenco dos. **Topografia do Brasil Profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n.1, p. 1-20, jun. 2013.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SIQUEIRA, Edir Veiga. **A Competição Política e os Determinantes do Resultado Eleitoral nas Disputas para o Executivo: Municípios do Pará 1992/1996/2000**. Rio de Janeiro, 2004. 141 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

SOARES, Gláucio A. D.; TERRON, Sônia; ALKMIM, Antônio C. **Quem manda: governador ou prefeito?** In: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SOARES, Márcia M. **Repesses Financeiros e Voluntários da União aos Municípios Brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos**. 8º Encontro da ABCP, Gramado, 2012.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**. Disponível em: <
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>

VIEIRA. Fausto J. A.; ARVATE. Paulo R. **Eleições municipais: como interagem os
prefeitos e as outras esferas de governo para alcançar maior sucesso nas urnas**.
In: ANPEC, 2008. Disponível em:
www.anpec.org.br/encontro2008/artigo/200807211138360-.pdf. Acesso em: 21 set.
2016

ANEXOS

ANEXO A: Prefeituras conquistadas pelos partidos entre as regiões brasileiras

ANO PART.	2000					TOTAL	2004					TOTAL	2008					TOTAL	2012					TOTAL	2016					TOTAL
	N	ND	CO	SD	S		N	ND	CO	SD	S		N	ND	C O	SD	S		N	ND	CO	SD	S		N	ND	CO	SD	S	
PSDB	46	10 4	115	197	0	462	57	113	87	344	0	601	8	54	0	36 3	19	444	6	19	19	8	75	477	3	11	16	66	379	
PMDB	0	18 2	0	232	0	414	0	42	0	0	375	417	62	0	28	58	6	394	5	47	61	23	0	146	4	54	0	38	13	264
PT	7	0	0	0	35	42	10	7	18	0	0	35	39	92	0	0	0	131	6	1	3	0	72	182	4	91	0	41	0	136
PSB	5	13 19	0	0	0	18	0	69 23	0	15	0	84	0	4	0	0	0	114	3	5	3	22	0	213	0	2	0	0	0	122
PFL/DEM	85	0	0	0	84	359	24	2	0	0	0	256	0	0	0	0	0	0	0	24	2	0	5	31	0	0	0	0	0	0
PDT	0	0	0	34	0	34	5	1	0	0	0	6	4	64	0	0	0	68	0	0	1	0	0	1	1	0	6	0	0	7
PP	1	0	0	0	73	74	0	0	0	0	0	0	0	0	48	0	0	48	0	0	3	0	0	3	1	0	0	0	0	1
PPS	0	0	0	0	0	0	22	0	43	0	0	65	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
PTB	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0
PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
PSD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	0	0	8	0	52	0	0	60	112
PSDC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PTDB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PTC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PTN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PT do B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 4	0	0	0	0	14

Anexo B: IDHM dos municípios com Prefeito de mesmo partido do Governador por Estado brasileiro.

ANO	2000			2004			2008			2012			2016		
UF IDHM	BAIXO	MÉDIO	ALTO												
AC	7	0	0	10	0	0	12	0	0	5	1	0	1	3	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	83,3	16,7	0	25	75	0
AL	13	0	0	22	0	0	13	0	0	17	2	0	34	4	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	89,5	10,5	0	89,5	10,5	0
AP	5	0	0	5	0	0	4	0	0	1	2	0	0	1	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	33,3	66,7	0	0	100	0
AM	18	0	0	22	0	0	24	0	0	0	0	0	9	5	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	0	0	0	64,3	35,7	0
BA	125	0	0	153	0	0	65	1	0	57	36	0	24	14	0
%	100	0	0	100	0	0	98,5	1,5	0	61,3	38,7	0	63,2	36,8	0
CE	83	0	0	70	0	0	22	0	0	10	31	0	6	9	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	24,4	75,6	0	40	60	0
ES	18	1	0	9	4	0	17	5	0	0	22	0	0	17	0
%	94,7	5,3	0	69,2	30,8	0	77,3	22,7	0	0	100	0	0	100	0
GO	61	0	0	77	10	0	41	7	0	1	52	0	2	74	0
%	100	0	0	88,5	14,6	0	85,4	14,6	0	1,9	98,1	0	2,6	97,4	0
MA	0	0	0	53	1	0	63	1	0	28	19	0	31	15	0
%	0	0	0	98,1	1,9	0	98,4	1,6	0	59,6	40,4	0	67,4	32,6	0
MT	54	0	0	33	10	0	7	1	0	1	28	0	0	6	0
%	100	0	0	76,7	23,3	0	87,5	12,5	0	3,4	96,6	0	0	100	0
MS	0	0	0	15	3	0	23	5	0	1	23	0	1	35	0
%	0	0	0	83,3	16,7	0	82,1	17,9	0	4,2	95,8	0	2,8	97,2	0
MG	232	0	0	117	33	0	121	37	0	9	128	0	7	34	0
%	100	0	0	78	22	0	76,6	23,4	0	6,6	93,4	0	17,1	82,9	0

PA	46	0	0	47	0	0	27	0	0	21	11	0	21	12	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	65,6	34,4	0	63,6	36,4	0
PB	83	0	0	43	0	0	41	0	0	21	12	0	40	13	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	63,6	36,4	0	75,5	24,5	0
PR	84	0	0	71	51	0	74	62	0	1	75	0	0	66	0
%	100	0	0	58,2	41,8	0	54,4	45,6	0	1,3	98,7	0	0	100	0
PE	44	0	0	41	0	0	47	1	0	29	29	0	44	25	0
%	100	0	0	100	0	0	97,9	2,1	0	50	50	0	63,8	36,2	0
PI	65	0	0	7	0	0	19	0	0	43	12	0	27	11	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	78,2	21,8	0	71,1	28,9	0
RJ	33	1	0	0	2	0	18	18	0	0	24	0	0	21	0
%	97,1	2,9	0	0	100	0	50	50	0	0	100	0	0	100	0
RN	55	0	0	46	2	0	44	0	0	11	13	0	21	31	0
%	100	0	0	95,8	4,2	0	100	0	0	45,8	54,2	0	40,4	59,6	0
RS	33	2	0	57	80	0	6	13	0	0	72	0	0	131	0
%	94,3	5,7	0	41,6	68,4	0	31,6	68,4	0	0	100	0	0	100	0
RO	11	0	0	10	0	0	1	0	0	3	12	0	2	12	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	20	80	0	14,3	85,7	0
RR	1	0	0	0	0	0	8	0	0	1	3	0	1	0	0
%	100	0	0	0	0	0	100	0	0	25	75	0	100	0	0
SC	73	0	0	42	74	0	40	70	0	0	5	0	0	56	4
%	100	0	0	36,2	63,8	0	36,4	63,6	0	0	100	0	0	93,3	6,7
SP	174	4	0	31	163	0	33	172	0	0	164	7	0	154	14
%	97,8	2,2	0	16	84	0	16,1	83,9	0	0	95,9	4,1	0	91,7	8,3
SE	21	0	0	27	0	0	7	0	0	6	2	0	9	7	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	75	25	0	56,3	43,8	0
TO	56	0	0	24	0	0	38	0	0	5	15	0	4	23	0
%	100	0	0	100	0	0	100	0	0	25	75	0	14,8	85,2	0

Anexo C: Porte dos municípios com Prefeito de mesmo partido do Governador por Estado brasileiro.

ANO PORTE UF	2000				2004				2008				2012				2016			
	Micro	P.P	P.M	G.P	Micro	P.P	P.M	G.P	Micro	P.P	P.M	G.P	Micro	P.P	P.M	G.P	Micro	P.P	P.M	G.P
AC	7	0	0	0	9	0	0	1	11	0	0	1	4	1	0	1	3	0	0	1
%	100	0	0	0	90	0	0	10	91,7	0	0	8,3	66,7	16,7	0	16,7	75	0	0	25
AL	12	0	0	1	21	1	0	0	10	3	0	0	16	2	0	1	33	5	0	0
%	92,3	0	0	7,7	95,5	4,5	0	0	76,9	23,1	0	0	84,2	10,5	0	5,3	86,8	13,2	0	0
AP	4	0	0	1	5	0	0	0	3	0	0	1	3	0	0	0	1	0	0	0
%	80	0	0	20	100	0	0	0	75	0	0	25	100	0	0	0	100	0	0	0
AM	16	2	0	0	20	2	0	0	20	3	1	0	0	0	0	0	9	4	1	0
%	88,9	11,1	0	0	90,9	9,1	0	0	83,3	12,5	4,2	0	0	0	0	0	64,3	28,6	7,1	0
BA	103	17	3	2	125	23	2	3	48	15	1	2	72	17	2	2	25	12	0	1
%	82,4	13,6	2,4	1,6	81,7	15	1,3	2	72,7	22,7	1,5	3	77,4	18,3	2,2	2,2	65,8	31,6	0	2,6
CE	61	20	2	0	43	22	2	3	13	8	0	1	21	18	1	1	13	0	2	0
%	73,5	24,1	2,4	0	61,4	31,4	2,9	4,3	59,1	36,4	0	4,5	51,2	43,9	2,4	2,4	86,7	0	13,3	0
ES	15	0	2	2	12	0	1	0	15	5	2	0	14	5	2	1	11	4	1	1
%	78,9	0	10,5	10,5	92,3	0	7,7	0	68,2	22,7	9,1	0	63,6	22,7	9,1	4,5	64,7	23,5	5,9	5,9
GO	51	9	1	0	75	10	2	0	40	5	3	0	45	6	2	0	64	6	5	1
%	83,6	14,8	1,6	0	86,2	11,5	2,3	0	83,3	10,4	6,3	0	84,9	11,3	3,8	0	84,2	7,9	6,6	1,3
MA	0	0	0	0	45	7	2	0	50	12	2	0	36	7	4	0	35	8	3	0
%	0	0	0	0	83,3	13	3,7	0	78,1	18,8	3,1	0	76,6	14,9	8,5	0	76,1	17,4	6,5	0
MT	50	2	1	1	40	1	0	2	7	1	0	0	22	3	3	1	5	1	0	0
%	92,6	3,7	1,9	1,9	93	2,3	0	4,7	87,5	12,5	0	0	75,9	10,3	10,3	3,4	83,3	16,7	0	0
MS	0	0	0	0	16	0	1	1	21	5	1	1	18	5	1	0	29	4	3	0
%	0	0	0	0	88,9	0	5,6	5,6	75	17,9	3,6	3,6	75	20,8	4,2	0	80,6	11,1	8,3	0
MG	213	9	6	4	136	6	6	2	142	8	5	3	111	17	7	2	33	6	1	1
%	91,8	3,9	2,6	1,7	90,7	4	4	1,3	89,9	5,1	3,2	1,9	81	12,4	5,1	1,5	80,5	14,6	2,4	2,4
PA	33	10	2	1	34	12	1	0	18	7	1	1	17	10	2	3	18	10	3	2

%	71,7	21,7	4,3	2,2	72,3	25,5	2,1	0	66,7	25,9	3,7	3,7	53,1	31,3	6,3	9,4	54,5	30,3	9,1	6,1
PB	76	3	2	2	40	3	0	0	40	1	0	0	31	1	1	0	46	7	0	0
%	91,6	3,6	2,4	2,4	93	7	0	0	97,6	2,4	0	0	93,9	3	3	0	86,8	13,2	0	0
PR	76	4	2	2	109	11	2	0	117	12	7	0	71	3	2	0	51	10	4	1
%	90,5	4,8	2,4	2,4	89,3	9	1,6	0	86	8,8	5,1	0	93,4	3,9	2,6	0	77,3	15,2	6,1	1,5
PE	34	7	2	1	28	11	2	0	31	13	3	1	32	20	3	3	45	18	2	4
%	77,3	15,9	4,5	2,3	68,3	26,8	4,9	0	64,6	27,1	6,3	2,1	55,2	34,5	5,2	5,2	65,2	26,1	2,9	5,8
PI	62	2	1	0	7	0	0	0	17	2	0	0	50	5	0	0	33	5	0	0
%	95,4	3,1	1,5	0	100	0	0	0	89,5	10,5	0	0	90,9	9,1	0	0	86,8	13,2	0	0
RJ	18	7	4	5	0	0	0	2	12	10	7	7	8	7	3	6	7	4	2	8
%	52,9	20,6	11,8	14,7	0	0	0	100	33,3	27,8	19,4	19,4	33,3	29,2	12,5	25	33,3	19	9,5	38,1
RN	51	3	1	0	44	2	1	1	44	0	0	0	22	0	1	1	49	3	0	0
%	92,7	5,5	1,8	0	91,7	4,2	2,1	2,1	100	0	0	0	91,7	0	4,2	4,2	94,2	5,8	0	0
RS	25	1	2	7	116	15	3	3	15	3	1	0	53	9	6	4	113	17	0	1
%	71,4	2,9	5,7	20	84,7	10,9	2,2	2,2	78,9	15,8	5,3	0	73,6	12,5	8,3	5,6	86,3	13	0	0,8
RO	9	2	0	0	10	0	0	0	1	0	0	0	13	2	0	0	11	0	3	0
%	81,8	18,2	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	86,7	13,3	0	0	78,6	0	21,4	0
RR	1	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	4	0	0	0	1	0	0	0
%	100	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0
SC	66	4	1	2	99	14	1	2	97	10	2	1	5	0	0	0	43	13	0	4
%	90,4	5,5	1,4	2,7	85,3	12,1	0,9	1,7	88,2	9,1	1,8	0,9	100	0	0	0	71,7	21,7	0	6,7
SP	130	27	13	8	134	36	10	14	148	31	17	9	112	27	18	14	102	29	19	18
%	73	15,2	7,3	4,5	69,1	18,6	5,2	7,2	72,2	15,1	8,3	4,4	65,5	15,8	10,5	8,2	60,7	17,3	11,3	10,7
SE	18	2	1	0	26	1	0	0	5	2	0	0	6	2	0	0	12	3	1	0
%	85,7	9,5	4,8	0	96,3	3,7	0	0	71,4	28,6	0	0	75	25	0	0	75	18,8	6,3	0
TO	52	2	2	0	23	0	1	0	38	0	0	0	19	1	0	0	25	2	0	0
%	92,9	3,6	3,6	0	95,8	0	4,2	0	100	0	0	0	95	5	0	0	92,6	7,4	0	0